

Nattyelle Laura Baêta Brandão Silva

**A VIVÊNCIA DOS JOVENS DE PERIFERIA NOS ESPAÇOS URBANOS DE BELO  
HORIZONTE**

Belo Horizonte

Escola de Fisioterapia, Educação Física e Terapia Ocupacional

2021

Nattyelle Laura Baêta Brandão Silva

**A VIVÊNCIA DOS JOVENS DE PERIFERIA NOS ESPAÇOS URBANOS DE BELO  
HORIZONTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Ocupação da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Estudos da Ocupação

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Luciana Assis Costa

Belo Horizonte

Escola de Fisioterapia, Educação Física e Terapia Ocupacional

2021

S586v Silva, Nattyelle Laura Baêta Brandão  
2021 A vivência dos jovens de periferia nos espaços urbanos de Belo Horizonte.  
[manuscrito] / Nattyelle Laura Baêta Brandão Silva – 2013.  
102 f.: il.

Orientadora: Luciana Assis Costa

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional.  
Bibliografia: f. 81- 88

1. Lazer – aspectos sociais – Teses. 2. Espaço urbano – Teses. 3. Jovens da Cidade – Teses. 4. Interação social – jovens – Teses. I. Costa, Luciana Assis. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. III. Título.

CDU: 379.8

**Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Danilo Francisco de Souza Lage, CRB 6: nº 3132, da Biblioteca da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG.**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
 ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL  
 CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA OCUPAÇÃO

**ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DA NATTYELLE LAURA BAÊTA BRANDÃO SILVA**

Realizou-se, no dia 13 de dezembro de 2021, às 14:00 horas, <https://teams.microsoft.com/l/team/19%3aQJO84RTva2gPCkhntBDMXXTjmnqWtrRCL37X4FfjGk1%40thread.tacv2/>, da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de dissertação, intitulada *A vivência dos jovens de periferia nos espaços urbanos de Belo Horizonte*, apresentada por NATTYELLE LAURA BAÊTA BRANDÃO SILVA, número de registro 2019714676, graduada no curso de ARQUITETURA E URBANISMO, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em ESTUDOS DA OCUPAÇÃO, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). LUCIANA ASSIS COSTA - Orientador (ufmg), Prof(a). Beatriz Akemi Takeiti (Universidade Federal do Rio de Janeiro), Prof(a) Daniete Fernandes Rocha (Faculdades Arnaldo Janssen).

A Comissão considerou a dissertação:

Aprovada

Reprovada

A versão final da dissertação, devidamente corrigida, deverá ser entregue até 60 dias após sua defesa.

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão. Belo Horizonte, 13 de dezembro de 2021.

Prof(a). Luciana Assis Costa ( Doutora )

Prof(a). Beatriz Akemi Takeiti ( Doutora )

Prof(a) Daniete Fernandes Rocha ( Doutora )

Belo Horizonte, 13 de dezembro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por Daniete Fernandes Rocha, Usuária Externa, em 13/12/2021, às 16:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.743, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Beatriz Akemi Takeiti, Usuário Externo, em 13/12/2021, às 17:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.743, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Luciana Assis Costa, Professora do Magistério Superior, em 13/12/2021, às 17:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.743, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_confirmit&id\\_documento\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_confirmit&id_documento_acesso_externo=0), informando o código verificador 1144905 e o código CRC A4323510.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecimento especial a todos os jovens que se dispuseram a compartilhar sobre suas vivências, e a todos os responsáveis que permitiram esse contato.

Agradeço muito à equipe do CRAS Santa Rosa, em especial à Thais, que ajudou essa pesquisa a ser possível.

À minha orientadora, Professora Luciana, minha eterna gratidão pelo incentivo e compreensão diante de todas as adversidades, cujo amparo e auxílio, com o olhar sensível e experiente, foram a base para a realização dessa pesquisa.

Às colegas e professoras do PPGEIO por me receberem de braços abertos no mundo dos estudos da ocupação.

Aos meus amigos, familiares e companheiro, pela paciência diante do sumiço, necessário para dedicar para encerrar esse importante passo em minha vida.

## RESUMO

Este estudo se detém na análise do uso dos espaços urbanos por jovens em condição de vulnerabilidade social, habitantes de periferia da cidade de Belo Horizonte. O objetivo foi compreender de que forma esses sujeitos vivenciam os espaços urbanos (além da escola e da residência) a partir de seus cotidianos, identificando também as expectativas traçadas, as limitações e restrições que encontram para usufruir desses espaços urbanos. Trata-se de um estudo qualitativo, descritivo-exploratório que utilizou como técnica de coleta de dados entrevistas semiestruturadas. Foram entrevistados quatorze jovens de 13 a 18 anos, residentes da Vila Santa Rosa, cujas famílias eram cadastradas na base de dados do CADÚnico do CRAS Santa Rosa. Os principais achados apontam para a forma adaptada de diversos usos dos espaços urbanos pelos jovens, a demanda pela oportunidade de trabalho, e a ausência de atividades programadas no cotidiano para além do vínculo com a escola. As práticas de socialização representam os usos principais dos espaços urbanos, sendo a possibilidade do encontro o que desperta maior interesse para frequentar um espaço, seguido pela oportunidade de vivenciar atividades de esporte e lazer e em terceiro lugar, a qualidade da infraestrutura física acessível no local. Os relatos também explicitam a carência de equipamentos públicos de esporte, cultura, lazer e convivência, o difícil acesso ao transporte público local, além da manutenção da ordem segregacionista de uso dos espaços públicos centrais da cidade. Espera-se que os achados desta pesquisa contribuam para a elaboração de políticas públicas voltadas para o jovem de periferia, assim como fomentem a discussão acerca do assunto de planejamento urbano e juventudes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Juventudes. Periferia. Cotidiano. Vulnerabilidade Social. Vivências. Espaços urbanos.

## **ABSTRACT**

This study focuses on the analysis of the use of urban spaces by youth in a condition of social vulnerability, inhabitants of the periphery of the city of Belo Horizonte. The objective was to understand how these subjects experience urban spaces (besides their school and their houses) from their daily lives, also identifying their expectations, limitations and restrictions they encounter to enjoy these urban spaces. This is a qualitative, descriptive-exploratory study that used semi-structured interviews as a data collection technique. Fourteen young people aged from 13 to 18 years old, residents of Vila Santa Rosa, whose families were registered in the CADÚnico database of CRAS Santa Rosa, were interviewed. The main findings pointed to the adapted form of different uses of urban spaces by young people, the demand for work opportunities, and the absence of programmed daily activities beyond the link with the school. Socialization practices represent the main uses of urban spaces, with the possibility of meeting arousing the greatest interest to attend a space, followed by the opportunity to experience sport and leisure activities and, thirdly, the quality of accessible physical infrastructure in the place. The reports also explain the lack of public facilities for sport, culture, leisure and coexistence, the difficult access to local public transport, in addition to the maintenance of the segregationist order in the use of central public spaces in the city. It is expected that the findings of this research will contribute to the development of public policies aimed at young people from the periphery, as well as encourage discussion on the subject of urban planning and youth.

**KEY WORDS:** Youth. Periphery. Daily Life. Social vulnerability. Urban spaces.

## LISTA DE FIGURAS

- Imagem 01: bairros do entorno da Vila Santa Rosa
- Imagem 02: vilas e favelas próximas à Vila Santa Rosa
- Imagem 03: Vila Santa Rosa, Vilas e favelas do seu entorno e Aglomerados da Serra, Morro dos Papagaios e Santa Lúcia, maiores aglomerados de vilas e favelas de Belo Horizonte
- Imagem 04: Vila Santa Rosa e as principais vias de acesso
- Imagem 05: Alguns acessos para dentro da Vila Santa Rosa com interrupção da via para carro e acesso exclusivo para pedestres
- Imagem 06: Praça do Pneu - Rua Viana do Castelo
- Imagem 07: Praça da Cíntia
- Imagem 08: Vila Santa Rosa com as vias de acesso e alguns equipamentos urbanos do entorno
- Imagem 09: Locais mais mencionados pelos jovens
- Imagem 10: Quadra
- Imagem 11: Quadra de Areia
- Imagem 12: Vila Santa Rosa e Escola Estadual Coronel Juca Pinto e Escola Municipal Aurélio Pires
- Imagem 13: Vila Santa Rosa e Praça do Papa

## PREFÁCIO

O assunto relativo à juventude tem meu interesse desde meados da graduação em Arquitetura e Urbanismo, quando percebi que se falava sobre inclusão de diversas parcelas da população no planejamento urbano, mas pouco se falava sobre como abordar a juventude. Percebi que essa parcela da população possui características específicas a ela (como qualquer outra), mas que pouco se conhecia ou se estudava sobre as mesmas dentro da perspectiva do planejamento urbano. Isso se faz importante ao desenhar políticas públicas com foco na juventude, afinal, como farei algo para melhorar a qualidade de vida de uma população se não conheço suas necessidades e particularidades perante outras populações?

Dessa forma, numa tentativa de entender melhor como a juventude se relaciona com a cidade, com os espaços urbanos que permeiam seu cotidiano, sob o viés de planejadora urbana é que este trabalho se desenvolve.

## SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	10
2 INTRODUÇÃO	11
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
4 PERCURSO METODOLÓGICO	25
4.1 Desenho da pesquisa	25
4.2 População	25
4.3 Coleta de dados	26
4.4 Análise e tratamento dos dados	28
4.5. Questões éticas	29
4.6 Riscos	30
4.7 Benefícios	30
5 ARTIGO	31
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS	81
ANEXOS	89
APÊNDICE	94

## **1 APRESENTAÇÃO**

Em conformidade com a Resolução nº 02/2021 do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Ocupação da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais, documento que estabelece os critérios para Defesa de Dissertação dos discentes do Curso de Pós-Graduação em Estudos da Ocupação (CPGEO), a estrutura desta dissertação está organizada em formato de artigo, que obedece à seguinte estrutura: introdução, referencial teórico, percurso metodológico, artigo proveniente do estudo realizado, considerações finais, referências bibliográficas e anexos e apêndices. O artigo foi formatado de acordo com as normas exigidas pela Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud.

## 2 INTRODUÇÃO

Este estudo se detém na análise do uso dos espaços urbanos que permeiam o cotidiano de jovens em condição de vulnerabilidade social, habitantes de periferia da cidade de Belo Horizonte. O principal objetivo é compreender de que forma esses sujeitos vivenciam os espaços urbanos (além da escola e da residência) a partir de seus cotidianos, identificando também as expectativas traçadas e as limitações e restrições que encontram para usufruí-los.

Por ter como objeto a juventude, buscou-se compreender as discussões acerca do conceito, que data desde o século XVIII dentro das ciências sociais, ganhando maior notoriedade no século seguinte devido à urbanização acelerada e problemas sociais oriundos da industrialização. Já no século XX, precisamente na década de 1960, tornou-se pauta obrigatória em função da eclosão dos movimentos estudantis internacionais da época (GROPPO, 2016).

No cenário nacional, ao final da década de 1970 e início dos anos de 1980, movimentos sociais lutavam pelo fim do regime ditatorial, em defesa da liberdade civil, e da expansão dos direitos políticos e sociais que resultou na emergência de uma nova noção de cidadania, expressa na Constituição Federal de 1988 - CF 88. A partir de então, alterou-se juridicamente as bases constitucionais dos direitos políticos, civis e sociais, com a incorporação de uma agenda de direitos e proteção social. A Constituição estabeleceu, por meio do artigo 227, que crianças e adolescentes formam um grupo de pessoas que têm direitos específicos e demandam proteção especial tanto do Estado quanto da sociedade e da família. O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, sancionado dois anos após a CF, em 1990, regulamenta detalhadamente o princípio estabelecido pelo artigo n° 227 e define os direitos desse público, quem deve aplicá-los ou garanti-los.

Todavia, essa legislação contemplou apenas uma parte da juventude, uma vez que seu foco tem um recorte na infância, compreendida até os 12 anos de idade, e na adolescência, compreendida dos 12 aos 18 anos incompletos (Lopes *et al*, 2014), ficando descoberta o público jovem acima de 18 anos.

Nos anos 2000, esta fragilidade do arcabouço legal e da institucionalidade da política pública em prol da garantia de direitos a população jovem retoma à pauta política, sob a alegação de ações e programas insuficientes em abrangência, qualidade e resultados, por terem como foco as políticas educacionais, e serem majoritariamente direcionadas a adolescentes em situação de desvio de conduta, com caráter prioritário de contenção ou punição (Abramo, 2004).

Assim, neste período, o tema da juventude ganha força nos espaços públicos de participação, quando os movimentos sociais de jovens, associado ao terceiro setor e outros atores, exigiam melhorias nas políticas públicas para esta parcela da população (FREITAS, 2005). Contudo, tardiamente em 2013 institui-se o Estatuto da Juventude pela Lei Federal 12.852, que dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas direcionadas para a juventude, com sua regulamentação por meio da criação do Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Nesta legislação, considerou-se jovem a população de 15 a 29 anos de idade. Assim, para os jovens de 15 a 18 anos, o arcabouço jurídico que trata dos seus direitos é o ECA e o Estatuto da Juventude, quando este não conflitar com as normas de proteção integral do adolescente.

Estima-se que 23% da população brasileira é composta por jovens (IBGE, 2018). Todavia, cerca de 11 milhões de jovens (representando também, aproximadamente, um quarto da população total nesta faixa etária) encontram-se sem ocupação no mercado de trabalho, sem vínculo a uma instituição de ensino e também não estão buscando qualificação profissional. Deste grupo, cerca de 70% são jovens pretos e pardos (IBGE, 2018).

Tal fenômeno marcou a geração pelo nome de “nem-nem”, expressão que veio da variação do termo em inglês *neet - not in education, employment or training*, que foi como a população inglesa ficou conhecida na década de 1990, quando o país passava por problema parecido com o atual cenário brasileiro. Todavia, tal expressão vem sendo problematizada, uma vez que se atribuiu tom pejorativo a ela, como se os próprios jovens fossem responsáveis pela situação que se encontram (MARLI, 2019).

No debate acerca das juventudes, há uma crescente busca pelo entendimento acerca da complexidade das relações sociais e culturas juvenis (Sposito *et al*, 2020), todavia, ainda há discursos e práticas que associam a noção de juventudes a problemas sociais, especialmente as juventudes pobres, ao não considerarem as condições sociais que as forjam, reforçando também a naturalização da associação em pobreza e violência (Takeiti, 2016).

Portanto, há necessidade de se aproximar do cotidiano de jovens, sobretudo de periferia, a partir de uma leitura situada nas experiências e percepções dessa população no sentido de compreender as condições sociais, estruturais e relacionais que compõem as vivências ordinárias desses jovens, sobretudo quanto ao uso que fazem dos espaços urbanos.

Para este trabalho, adotou-se o termo espaço urbano, como sinônimo de espaço público e espaço coletivo para referir aos espaços de uso público. São lugares dentro do perímetro urbano, de uso coletivo, teoricamente irrestrito, podendo ser de propriedade pública ou privada, como as ruas e suas calçadas, além de praças e parques (Decreto Estadual 44.646/2007). Há também edificações onde existe uma prestação de serviço ao funcionamento da cidade, que podem se configurar como equipamentos urbanos (NBR 9284/2015).

Por periferia urbana entende-se espaços urbanos não planejados, com condições urbanas restritas ou negligenciadas devido ao seu processo de urbanização, e por isso são considerados marginais, periféricos (D'Andrea, 2020). Apesar desta condição descrita, é importante ressaltar que esses territórios, lidos como periféricos, possuem dinâmica social complexa, sendo lugar de diversas manifestações culturais (D'Andrea, 2020).

Por vulnerabilidade social entende-se como “a ausência ou precariedade no acesso à renda, mas atrelada também às fragilidades de vínculos afetivo-relacionais”, às diferentes formas de discriminação e opressão, (CARMO, 2018, p. 2), assim como restrições de acesso a bens e serviços.

Por último, o termo vivência é compreendido como “produto da reflexão pessoal sobre a experiência” (MINAYO, 2011, p. 11), sendo experiência algo que pode ser o mesmo para diversos indivíduos, e a vivência é algo individual, que depende de fatores macro e microsociais que constituem o sujeito (Minayo, 2011).

Dessa forma, a problemática levantada é: de qual forma os jovens, inseridos dentro de um contexto de vulnerabilidade social, usufruem, vivenciam e se apropriam dos espaços urbanos?

Visando responder a essa pergunta, buscou-se como recorte de análise a população jovem que vive na periferia de Belo Horizonte, em situação de vulnerabilidade social. Os sujeitos dessa pesquisa são jovens cadastrados no CADÚnico, inseridos na regional de atendimento do CRAS Santa Rosa, e residentes da Vila Santa Rosa.

Esta dissertação está dividida em quatro seções. Na primeira, será apresentado o referencial teórico que este estudo se ampara, iniciando pela discussão teórica acerca das juventudes, seguida pela definição do campo de pesquisa a partir do cotidiano e como juventudes e cotidiano estão relacionados com a discussão do espaço. Também, nesta seção, apresenta-se estudos que discutem a temática da juventude de periferia e espaço urbano. Na segunda parte, consta o percurso metodológico realizado no desenvolvimento desta pesquisa; e na terceira seção, apresenta-se o artigo com os resultados e discussão. Na quarta e última seção, constam as considerações finais e as limitações de metodologia deste trabalho.

### 3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A definição do termo juventude é polissêmica: do ponto de vista do Direito e do Estado, é compreendida cronologicamente entre os sujeitos de 15 a 29 anos pelo Estatuto da Juventude (Lei 12.852 de 2013), portanto, é um recorte populacional etário, que otimiza a aplicação de políticas públicas voltadas para esta parcela da sociedade. Todavia, a abordagem meramente cronológica não condiz com complexidade e diversidade assumida pela condição juvenil (GROPPO, 2016).

Diferentes teorias sobre como abordar o termo foram desenvolvidas ao longo do tempo, conseqüentemente influenciadas pelo contexto histórico e filosófico de sua época. Groppo (2016), baseado em Tomaz Tadeu da Silva (2010), as categorizam em três grandes grupos, denominados como teorias tradicionais, teorias críticas e teorias pós-críticas.

As teorias tradicionais, desenvolvidas na primeira metade do século XX, principalmente nos Estados Unidos, foram influenciadas pela teoria estrutural-funcionalista de Talcott Parsons (1968). A limitação principal das teorias deste grupo está presente na associação da juventude a uma fase universal da vida, e também na consideração de que os conflitos oriundos desse grupo são disfunções sociais, e, portanto, deveriam ser corrigidos (GROPPO, 2016),

Já as abordagens de maior impacto na segunda metade do século XX foram classificadas como teorias críticas, sendo desenvolvidas por duas vertentes, o que Pais (1990) vem a chamar de corrente geracional e corrente classista.

A corrente geracional enfatiza um aspecto unitário da juventude ao partir do pressuposto que a mesma está atrelada a uma fase da vida, sendo as circunstâncias e problemas vivenciados por membros de uma geração (Pais, 1990). A problemática acerca da juventude estaria associada a continuidade/descontinuidade de reprodução social entre gerações. O autor aponta, assim como enfatizado por Groppo (2016), que tal corrente está baseada no estrutural-funcionalismo, todavia, com presença do reformismo e moratória psicossocial.

Já a corrente classista considera que a reprodução social estaria baseada em uma lógica de classes, sendo as culturas juvenis entendidas como culturas de resistência, majoritariamente com sentido político, influenciada pela teoria marxista. A problemática desta abordagem não se limitava apenas à uma questão de geração, mas aos contextos sociais, especificamente, às lutas de classes (Pais, 1990).

Ambas abordagens críticas (classista e geracional) discutem a juventude sob uma ótica de cultura dominante e subculturas, com adaptação dos parâmetros de análise de acordo com a corrente (Pais, 1990).

Groppo (2016) afirma que as teorias tradicionais e críticas não rompem com a concepção tradicional da juventude, uma vez que concebem os jovens como “um grupo etário bem definido e bem delimitado, com uma associação clara entre cada categoria etária e determinadas funções e instituições sociais” (GROPPO, 2016. p.387); considerando a transição à vida adulta de forma linear, através do fim da escolarização, ingresso no mundo de trabalho, e constituição de um outro núcleo familiar. Além disso, por essas duas teorias, a socialização se daria por meio da intervenção das gerações anteriores sobre as mais novas, sendo as crianças e jovens guiados por adultos para a integração social (Groppo, 2016).

Por fim, as teorias pós-críticas surgem ao final do século XX, e são divididas em dois tipos: as que consideram a superação da modernidade, se alinhando às teorias pós-modernas e/ou pós-estruturalistas; e as que consideram que estamos em uma segunda modernidade, apresentando a tese das socializações ativas e das múltiplas transições juvenis (Groppo, 2016). Tal tese das socializações ativas rompe com a noção funcionalista de socialização, que consistia na premissa de que as gerações anteriores são responsáveis por iniciar as gerações futuras nos processos de convivência e inclusão na sociedade. Ou seja, esta abordagem propõe que os indivíduos, simultaneamente, se constroem e são construídos, em face às diferentes lógicas sociais (Groppo, 2016).

A partir dessas considerações, este trabalho se orienta pela abordagem pós-crítica que se baseia em uma segunda modernidade, com enfoque nas múltiplas

transições juvenis, compreendendo a juventude como fenômeno multimodo e diverso, haja vista que:

“As faces da juventude no Brasil são marcadas pela heterogeneidade de seus contextos de vida. Em cada tempo e lugar, os jovens são únicos e singulares, com especificidades e experiências construídas a partir dos espaços, tempo e contextos em que vivem. Essas diferentes realidades demonstram a multiplicidade e singularidade das juventudes brasileiras, uma vez que esses sujeitos sociais apresentam trajetórias e percursos de vida distintos” (LEITE e MELO, 2017. p. 124).

Dessa forma, é mais apropriado nomear juventudes, no plural. Nesta perspectiva analítica, o conceito de juventude considera a influência da condição social na qual o sujeito se constrói, tomando conhecimento que as culturas juvenis também resultam de processos de socialização, não se restringindo meramente à faixa etária. Entende-se por cultura juvenil como um conjunto de elementos, significados e símbolos que são compartilhados por um determinado grupo de jovens, e a socialização é compreendida aqui em dois sentidos: tanto macrossocial (ordenamentos sociais possíveis pela transmissão de normas a um nível coletivo, como normas de gerações, classes sociais, etc.), quanto microssocial (e a partir dessa perspectiva microssociológica é possível entender como as normas macrossociais são reproduzidas, modificadas ou se outras normas são adotadas como alternativas) (Pais, 1990).

Para compreensão das juventudes, Pais (1990) provocam refletir sobre os aspectos mais específicos de modos de vida e práticas cotidianas. De acordo com o autor, pela abordagem do cotidiano se torna possível realizar uma leitura das juventudes não restrita ao contexto de cultura dominante, tornando viável a compreensão de suas diversidades, considerando os jovens como autores de suas próprias histórias sem, ingenuamente, desconsiderar as contingências e restrições impostas pelas estruturas sociais.

Para Pais (2003), o estudo do cotidiano busca entender o que se encontra entre as dimensões estruturais, identificadas nos conceitos como classe social, raça e gênero (macroestrutural), e também os elementos presentes nas relações sociais mais ordinárias, o que é rotina e o que faz parte da vida, mas não se encontra dentro dela, até nas rupturas dos ciclos (microestrutural). A partir do conceito de cotidiano o

autor busca romper com a dicotomia entre as abordagens estruturalistas e compreensivas. Compreende os acontecimentos cotidianos, não somente pela repetição de ocorrências e rotina, mas também os acontecimentos inesperados, superando o senso comum da palavra (PAIS, 2003).

Dessa forma, considera-se que a juventude é parte de um processo de formação do sujeito, que é influenciado pelo meio social no qual está inserido e das suas relações (Pais, 1990; Dayrell, 2003). Todavia, é no espaço urbano que “muitas práticas sociais juvenis refletem outras possibilidades e perspectivas de vida, diferentes das encontradas no seu meio social” (LEITE e MELO, 2017, p. 124), e “a apropriação da cidade, de seus espaços e equipamentos, constitui-se como um elemento fundamental da condição juvenil contemporânea” (ALMEIDA, 2013, p. 161). Portanto, o cotidiano das juventudes está atrelado ao espaço.

Esta noção do espaço pode ser compreendida em três aspectos:

1. O espaço é um produto de inter-relações. Ele é constituído através de interações, desde a imensidão do global até o intimamente pequeno [...];
2. O espaço é a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade; é a esfera na qual distintas trajetórias coexistem; é a esfera da possibilidade da existência de mais de uma voz. Sem espaço não há multiplicidade; sem multiplicidade não há espaço. Se o espaço é indiscutivelmente produto de inter-relações, então isto deve implicar na existência da pluralidade: Multiplicidade e espaço são co-constitutivos.
3. Finalmente, é precisamente porque o espaço é o produto de relações-entre, relações que são práticas materiais necessariamente embutidas que precisam ser efetivadas, ele está sempre num processo de devir, está sempre sendo feito - nunca está finalizado, nunca se encontra fechado. (MASSEY, 1999. p. 8)

Pelo fato deste trabalho ter um enfoque no espaço urbano periférico, essa abordagem acerca do espaço se torna aplicável pelas seguintes maneiras: considerando o espaço urbano periférico, tem-se a noção de uma malha urbana plástica, isto é, que se modifica de acordo com a densidade populacional, sendo, portanto, um espaço sempre num processo de devir (3); além disso, é um espaço criado e mantido pelas inter-relações de seus habitantes (1); e por assim ser, resulta também em ser um espaço múltiplo, uma vez que são muitas pessoas com suas diversas histórias, com interesses variados, que podem ser em comum mas também

divergentes (2). Outro aspecto é que este espaço de periferia é co-constitutivo (2), uma vez que é organizado pelas necessidades oriundas de sua população, resultando em autoconstruções e um ordenamento mais orgânico.

Fonseca (2005) complementa dizendo que o espaço urbano, principalmente o espaço urbano coletivo, tem um maior peso e importância no cotidiano das populações pobres, uma vez que dependem deles para estabelecimento da rede de relações sociais, utilizando mais intensamente os espaços públicos se comparado com populações de renda média e alta.

Apesar de sua importância, a realidade dos espaços urbanos encontrada nas periferias é de baixa qualidade na infraestrutura urbana, e também de carência de oferta de equipamentos públicos planejados, o que impacta diretamente no cotidiano dessas comunidades (Fonseca, 2005). Além disso, é um contexto “marcado por desigualdades e contradições que condicionam a vivência plena do direito às oportunidades da cidade” (LEITE e MELO, 2017. p. 125). Nesse cenário de espaços que dificultam a integração entre pessoas, os usos e as atividades exigem um esforço maior das pessoas para estabelecer sua rede de relações, o que muitas vezes implica na adaptação e invenção dos espaços para novas funções (Fonseca, 2005).

Franch (2002) afirma que existe dentro das vilas e favelas “uma cultura recreativa complexa, baseada na valorização das relações sociais e na apropriação coletiva dos espaços privados e públicos do bairro” (FRANCH, 2002, p. 131), o que reforça a afirmação de Pais que “o que tem importância social não é o espaço [físico], mas as vivências sociais que nele decorrem e que o convertem de um vazio em algo com significado sociológico” (PAIS, 1986, p. 21).

A partir dessas reflexões, algumas pesquisas que abordam a relação das juventudes periféricas e o espaço urbano destacam os usos e limitações enfrentadas por esse público, além de reforçarem a importância dos espaços no estabelecimento de vínculos sociais (Franch, 2002; Andrade e Marcelino, 2011; Leite e Melo, 2015; Ramos, 2015; Duarte, 2016; Takeiti, 2016; Oliveira *et al*, 2016; Souza e Perucchi, 2018; Dantas e Micheli, 2021).

Souza e Perucchi (2018) pesquisam sobre a apropriação dos espaços urbanos por jovens de periferia a partir da cultura do hip-hop, assim como outros autores (Dayrell, 2001; Costa e Menezes, 2009; Menezes e Costa, 2010)<sup>1</sup>. Neste cenário, evidenciam o papel restrito do estado ao aparelho de controle e manipulação da juventude, por meio das ações de “segurança pública”. Em decorrência disto, os jovens tendem a preferir espaços distantes dessas instituições, para uma maior expressividade e liberdade de ser e agir, uma vez que não se sentem tão coagidos quanto em lugares mais “vigiados”. No entanto, o público reconhece a importância da ocupação de espaços centrais pela juventude de periferia, apesar da possibilidade de conflito com o estado representado pelo poder municipal (prefeitura) e pela polícia (Souza e Perucchi, 2018). Além disso, as autoras concluíram que há uma difusão do discurso de “moralização das condutas juvenis via projetos sociais [...] [e que] sua sustentação parte da fabricação de um ‘padrão’ de comportamento a ser adotado pelos jovens de camadas populares que se distancie de condutas ilícitas” (SOUZA E PERUCCHI, 2018. p. 14).

Oliveira *et al* (2016) abordam o impacto do estigma no cotidiano das juventudes periféricas, afirmando que “os jovens se consideram estereotipados e marginalizados porque são socialmente identificados como favelados [...] [e] estão convictos que os problemas que enfrentam no bairro advêm das formas de reprodução social e do grupo que suas famílias pertencem” (OLIVEIRA *et al*, 2016. p. 1149, 1151). Também veem no trabalho uma forma de superação dessa realidade, além de ser meio de satisfazer suas necessidades de consumo, sendo uma das principais razões de início precoce ao trabalho remunerado (Oliveira *et al*, 2016)

Os jovens que participaram do estudo de Oliveira *et al* (2016) entendem que é obrigação do estado oferecer mais oportunidades voltadas ao trabalho, e justificam que a ausência deste, somado à exploração do mercado e o trabalho

---

<sup>1</sup> Essa abordagem pela arte e cultura é preferida quando já existe alguma ação em desenvolvimento na comunidade a ser estudada, como foi o caso das autoras no trabalho intitulado “A periferia invade o centro”: uma análise sobre a apropriação do espaço urbano por jovens pobres

informal são o que resulta no envolvimento da juventude com a criminalidade (Oliveira *et al*, 2016)

Apontam, ainda, que as juventudes de periferia enfrentam uma rejeição social, também representada pela ausência de investimento do Estado, principalmente no que diz respeito ao lazer (Oliveira *et al*, 2016). Segundo os autores, os jovens encontram barreiras para acessar outras formas de cultura além das reproduzidas dentro de suas comunidades ao relatarem a precariedade e a dificuldade de acessar o transporte público, impossibilitando-os de acessarem outros espaços da cidade. Ramos (2015) afirma que é necessário enfrentar obstáculos como a distância, investir tempo livre e renda para que os jovens de periferia usufruam do lazer em áreas centrais. Afirma ainda, que o morar na periferia pode ocasionar um distanciamento social, resultando em uma sensação de abandono, especialmente os jovens (Ramos, 2015).

Ainda nos resultados da pesquisa desenvolvida por Oliveira *et al* (2016), os jovens que fizeram parte do estudo têm pouca vivência política ou ativismo social, mas consideram importante a participação por acreditarem ser um caminho para ter respostas às suas necessidades.

Franch (2002) constatou que as relações sociais mais intensas e duradouras, principalmente com outros jovens, acontecem nas proximidades das residências, dentro da periferia, e são estabelecidas, principalmente, no espaço urbano. Por causa desses vínculos estabelecidos tão fortemente nas redondezas da moradia, a perspectiva de sair da favela não é algo desejável por estes jovens.

Há, ainda, uma restrição do círculo social, sendo um dos impactos oriundos da limitação da circulação. Esta queixa se tornou mais comum entre as jovens mulheres, que sofrem um controle parental mais rigoroso se comparado aos jovens do sexo masculino (Franch, 2002). A autora pontua que a razão desse controle se difere por gênero, já que as jovens são mais restritas por receio de uma gravidez precoce ou decepções amorosas, e o controle dos jovens se dá por medo do envolvimento com atividades ilícitas, como consumo de drogas e envolvimento com “más influências”. Além disso, o estabelecimento de relações na própria vizinhança

confere aos adultos uma sensação de garantia e controle sobre o ciclo social desses jovens (Franch, 2002).

Por causa disso, o estímulo para as jovens se dá pela via das atividades domésticas, principalmente nas residências, mas também nas ruas próximas às residências. Para os jovens, o estímulo maior é para os jogos e brincadeiras, que também acontecem na rua (Franch, 2002).

“A ocupação das ruas é mais uma expressão da maneira pela qual os moradores de periferia se relacionam com o lugar onde moram. Como já foi sugerido, o bairro constitui um espaço ao mesmo tempo público e privado, qualificado pelo cruzamento cotidiano das trajetórias, pela existência de redes de parentesco, amizade e vizinhança” (FRANCH, 2002. p. 126).

Essa ocupação da rua por meio de jogos, conversas ou outras práticas de socialização pelos jovens parece não possuir uma relação direta com a falta de equipamentos públicos, como apontado pela autora, uma vez que a demanda por equipamentos focalizados nessas atividades tende a ser uma demanda maior dos adultos (Franch, 2002). Todavia, o uso tão frequente da rua como espaço para essas práticas pode ser evidenciado pela ausência de oferta, de repertório e conhecimento de outra realidade, somado a uma precarização da moradia, sendo resultado da condição social que estão imersos.

Dantas e De Micheli (2021), a partir de um estudo qualitativo que utilizou a fotografia como recurso metodológico, possibilitaram uma representação da favela sob a perspectiva dos jovens que ali vivem, que se mostraram sensíveis às diversas temáticas que fazem parte de seus cotidianos. Em seus achados, corroboram com a noção de Tavares e Albertini (2005) que a favela está mais relacionada com a ideia de fronteira do que de exclusão, isto porque:

“ela ocupa uma linha tênue em que se articulam experiências de exclusão e de inclusão. Os sujeitos, habitantes desse espaço fronteiro, encontram-se a um só tempo excluídos de um território social dominante, e de suas formas de organização, mas incluídos, às vezes de modo perverso, em espaços-entre e em suas formas inovadoras de sobrevivência e sociabilidade” (TAVARES E ALBERTINI, 2005, p. 299)

Esta noção reforça a afirmação que Dantas e De Micheli fazem sobre o território da periferia ser fértil, com “uma complexa trama social, espaço pulsante que

é compartilhado, vivido e praticado por quem nele reside” (DANTAS E DE MICHELI, 2021. p. 2780).

Na mesma linha, Duarte (2016) afirma que ao lidar com os “efeitos perversos” dessa segregação, os moradores de periferia, inclusive os jovens, desenvolveram estratégias que possibilitam transitar entre fronteiras diversas, por meio da produção de novas culturas e da reprodução de costumes que dão sentido às suas vidas e proporciona, de certa forma, algum reconhecimento social. Além disso, esses espaços não se constituem apenas como localidades estigmatizadas,

“mas são também o lugar em que os jovens se reconhecem enquanto agentes sociais, no qual produzem e reproduzem culturas, vivem um conjunto de experiências que irão compor as marcas de suas trajetórias e expressar seus habitus de classe. É o lugar no qual experimentam culturas juvenis, modos de vida específicos no intuito de promover a distinção nas relações que estabelecem com o espaço social” (DUARTE, 2016. p. 124).

Takeiti (2016) reforça que, a periferia é também um território de existências, onde as “identidades são construídas e reconstruídas cotidianamente, onde há uma contínua e acelerada produção de subjetividades” (TAKEITI, 2016, p. 27).

Para Andrade e Marcellino (2011), a socialização e o encontro são marcantes no cotidiano da população de periferia mais que em outros grupos sociais, principalmente pelas vias do lazer e do tempo livre. Além disso, constataram também que a distância é um dos fatores limitantes para usufruto dos espaços direcionados ao lazer. Os autores reforçam que este lazer é importante no processo de formação de indivíduos, uma vez que fomenta a abertura de novas possibilidades, de relações sociais, de construção da identidade, de diferentes interações com as oportunidades externas às suas realidades que providenciam repertório para lidar com diferentes situações da vida presente e futura, e afirmam que é necessário a existência de espaços que permitam essa convivência (Andrade e Marcellino, 2011).

Constatam também que os shopping centers são pontos de encontro e diversão para jovens de classe baixa (C, D e E). Tal resultado também aparece no estudo elaborado por Ramos (2015), que ao pesquisar sobre as territorialidades e sociabilidades dos jovens de camadas populares, que afirma que “os shopping centers constituem um ponto de ancoragem de suas sociabilidades” (RAMOS, 2015. p. 370),

sendo “um espaço privado de ampla variedade de oportunidades para o consumo de mercadorias e atrações temáticas, reunidas num só tempo e espaço e onde se produz uma esfera pública para diversão, encontro, ou simplesmente para se estar visível socialmente” (RAMOS, 2015. p. 370). Além dos shopping centers, o autor aponta áreas de fast-food onde a mesma lógica do encontro e aglomeração de grupos de jovens de periferia acontece. Segundo ele, “é uma micro-territorialidade onde exercem a dissimulação, a projeção de estilos e interações em meio a câmeras, seguranças e regras.” (RAMOS, 2015, p. 370).

Apesar do baixo poder aquisitivo, o circular em áreas de consumo não se trata sobre o consumir objetos, como ressalta o autor, e sim o consumo do sentido que implica o vestir, o agir, o estar presente naquele ambiente, como um investimento na visibilidade social, numa tentativa de aproximação de um ideal de ascensão social com os meios que têm disponíveis - neste caso, a própria imagem (Ramos, 2015).

Assim como na ausência de equipamentos e espaços direcionados para a prática do esporte e da socialização os jovens se adaptam, o mesmo acontece nos espaços dos shopping centers, onde é adaptado o uso conforme à demanda da população jovem. Ramos (2015) ainda aponta que ora os jovens preferem o espaço dos shoppings, ora preferem o espaço da rua, mas em ambos há o desconforto da vigilância e monitoramento (sendo que no primeiro é pela segurança privada do estabelecimento, no segundo, pela polícia).

Com o amparo dos achados destes estudos e do referencial teórico, partimos para a investigação de como esta teoria lança luz aos dados levantados no território escolhido para pesquisa, a Vila Santa Rosa, que é um bairro popular, dentro do bairro oficial São Francisco, na regional da Pampulha, em Belo Horizonte.

## 4 PERCURSO METODOLÓGICO

### 4.1 Desenho da pesquisa

Trata-se de um estudo qualitativo, descritivo-exploratório, e assim o é por objetivar compreender os indivíduos em seu ambiente e contexto social, com reconhecimento de suas complexidades (Guerra, 2014; Minayo, 2008).

### 4.2 População

Os sujeitos deste estudo são habitantes da Vila Santa Rosa, território urbano não planejado, categorizado como vila ou favela<sup>2</sup>, registrados no CADÚnico<sup>3</sup>, com idade entre 13 a 18 anos. Pela região que residem, estão sob a área de atendimento do CRAS Santa Rosa, equipamento urbano que possui vínculo com outros programas de pesquisa e extensão atrelados ao departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) pré-existente à esta pesquisa.

Os critérios de inclusão da amostra foram: jovens na faixa etária de 13 a 18 anos, residentes da Vila Santa Rosa, que estivessem na lista de contatos disponibilizada pelo CRAS. Já os critérios de exclusão foram jovens em condição de restrição de liberdade ou alguma deficiência autodeclarada que dificulta ou limita sua locomoção.

O quantitativo de entrevistados foi definido por conveniência. Segundo MINAYO (2017, p.10) “uma amostra qualitativa ideal é a que reflete, em quantidade e intensidade, as múltiplas dimensões de determinado fenômeno e busca a qualidade das ações e das interações em todo o decorrer do processo”.

---

<sup>2</sup> BHMap, 2021.

<sup>3</sup> Instrumento de coleta de dados que objetiva identificar famílias de baixa renda, para fins de inclusão em programas de assistência social

### 4.3 Coleta de dados

Importante frisar que o contexto da pandemia devido à Covid-19 afetou profundamente o desenvolvimento desta pesquisa. Isto porque, inicialmente, o método pensado para ser aplicado envolvia uma maior participação do público em questão (photovoice e observação em campo), que não foi possível devido às dificuldades de contato impostas pelo cenário pandêmico. Por causa disso, para que a pesquisa ainda fosse viável, foi necessário adaptar a coleta de dados, alterando o método para entrevista semiestruturada. Além das entrevistas, foi feito um mapeamento utilizando a base de dados da Prefeitura (BHMap), com o software QGIS, e complementado, quando necessário, com dados obtidos através das entrevistas e elaborados através do Google Earth.

De acordo com Minayo (2008), a partir da entrevista é possível a compreensão dos contextos sociais específicos, considerando como ponto inicial a perspectiva do entrevistado, possibilitando alcançar seus valores, princípios, crenças e comportamentos. Como é uma pesquisa que visa compreender a relação do jovem com o espaço urbano a partir do cotidiano, este método foi escolhido dado o cenário da pandemia, os recursos e tempo disponíveis para a realização da pesquisa.

O roteiro da entrevista conteve: a) perguntas sobre a idade, endereço, escolaridade, trabalho, turno de estudo e trabalho, tempo de deslocamento; b) perguntas sobre o que faziam antes e durante a pandemia, espaços que frequentam além da escola/trabalho, durante a semana e finais de semana, como e quanto tempo gastam no deslocamento, com quem vão; a razão para frequentarem estes espaços e se encontram alguma restrição para frequentarem espaços que gostam; c) perguntas sobre os locais que não gostavam de frequentar e por quais razões; d) e perguntas sobre o que consideram como um bom espaço urbano para jovens. Em todas as entrevistas, foi explicitada a possibilidade de anonimato ou de aparecimento do nome dos jovens, tanto com os responsáveis e com os jovens.

Inicialmente, buscou-se os jovens que faziam parte do programa de extensão de Terapia Ocupacional da UFMG em parceria com o CRAS. Todavia, com a pandemia e a suspensão das atividades em grupo, contato com estes jovens ficou

difícil, devido ao não retorno às mensagens e o não atendimento às ligações, tanto com a pesquisadora quanto com alunos que já faziam parte do projeto e com quem já possuíam algum vínculo.

A partir disso, abrimos mão da localidade, buscando contatos de lideranças e pessoas envolvidas com coletivos dentro dos aglomerados e favelas de Belo Horizonte, como o Aglomerado da Serra e o Aglomerado Santa Lúcia. Obteve-se baixo retorno, sendo que houve unanimidade na negativa para o fornecimento de entrevistas com acadêmicos que não eram oriundos das comunidades em questão, que será discutido nos resultados na seção denominada “A importância do compromisso ético em pesquisa com comunidades socialmente vulneráveis”.

Ainda, buscou-se alguns informantes-chave, que pudessem facilitar o diálogo da pesquisadora com o público alvo. Tentativa mais uma vez inviabilizada pela pandemia e dificuldades de contato por conflito com outras atividades diárias das pessoas que foram contactadas.

Diante deste novo cenário, retornamos ao CRAS Santa Rosa, relatando as dificuldades de realização da pesquisa, quando se disponibilizaram a contactar as famílias e compartilhar novos contatos de jovens que se dispusessem a conversar com a pesquisadora, e, caso fosse necessário ir com ela à campo.

Após esse momento, as entrevistas foram feitas de três maneiras distintas: via ligação de voz, trocas de mensagens por WhatsApp e presencialmente, todas com o mesmo roteiro.

As entrevistas presenciais ocorreram em uma única visita à região, com acompanhamento da psicóloga do CRAS Santa Rosa. Foi disponibilizado um carro da prefeitura para nosso transporte, além de um colete de identificação de Agente em Serviço pela Prefeitura de Belo Horizonte.

Em todos os contatos, tanto via chamada de voz, mensagem ou presencial, buscou-se consentimento dos responsáveis antes do início das entrevistas, quando foi explicado sobre os objetivos e procedimentos da pesquisa, riscos e benefícios, e a

entrega do Termo de Compromisso Livre e Esclarecido. A mesma ação foi tomada com jovens, alertando que caso se sentissem cansados ou constrangidos, não precisariam responder a nenhuma pergunta e poderiam cessar a conversa a qualquer momento que desejassem, sem prejuízo da relação com o CRAS, com a pesquisadora e com a UFMG, além da entrega do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido.

Os gastos para a realização da pesquisa foram supridos pela própria pesquisadora, exceto no caso do transporte para a comunidade em questão, que ficou à cargo do CRAS Santa Rosa e da Prefeitura de Belo Horizonte. Os arquivos oriundos deste trabalho estão guardados na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG, Gabinete 3131, sob os cuidados da Profa. Dra. Luciana Assis Costa, docente do curso de Pós-Graduação em Estudos da Ocupação, onde permanecerão, junto com os demais dados sensíveis desta pesquisa, por 5 anos a contar de julho de 2021, data da coleta de dados da dissertação.

#### 4.4 Análise e tratamento dos dados

Todas as entrevistas foram gravadas. As transcrições foram feitas pela própria pesquisadora, visando a fluidez das informações, considerando entonações, mas sem foco nas palavras repetidas (AZEVEDO *et al*, 2017).

A análise dos dados ocorreu após todas as transcrições das entrevistas, e foi feita através da análise temática, obedecendo às etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados (Guerra, 2014; Bardin, 2009).

Na etapa de pré-análise, foi feita uma leitura flutuante do material, e já na segunda etapa, categorização em dados brutos das informações obtidas. Já na terceira etapa, os dados foram categorizados de forma a dialogar com o referencial teórico levantado (Guerra, 2014; Bardin, 2009).

As categorias emergentes foram:

- Os espaços urbanos, os usos e as restrições de uso

- As expectativas dos jovens dessa periferia em relação aos espaços urbanos
- A pandemia e o impacto na relação com os espaços urbanos

Além disso, diante das dificuldades encontradas para a realização da pesquisa como relatado anteriormente, apresentou-se, de forma empírica:

- A importância da revisão da construção do conhecimento por parte da Academia em relação a comunidades socialmente vulneráveis

A análise dos temas foi apoiada em uma abordagem sociológica sustentada teoricamente nos conceitos de cotidiano, juventude e espaço.

#### 4.5. Questões éticas

Em respeito à Resolução Nº 510, de 07 de abril de 2016 do Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG, Artigo 9º, inciso V: “decidir se sua identidade será divulgada e quais são, dentre as informações que forneceu, as que podem ser tratadas de forma pública”, todos os participantes e seus responsáveis foram consultados sobre a identificação de suas falas e aparecimento do nome na pesquisa. A todos que consentiram, o nome aparecerá. Aos que quiseram manter-se anônimos, foi-lhes atribuído um codinome com base nas ruas da Vila, sem relação com o endereço de habitação dos jovens.

A todos os jovens menores de idade, primeiramente procuramos os responsáveis para consentimento, explicando a pesquisa, os riscos que envolviam e deixando claro que poderiam cessar o contato a qualquer momento. O consentimento e o assentimento foram registrados de forma oral, com a entrega do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aos responsáveis e maiores de 18 anos, via física e também digital, e a entrega do Termo de Assentimento Livre e esclarecido para jovens menores de 18 anos.

Os resultados finais da pesquisa serão compartilhados com os agentes de serviço do CRAS Santa Rosa e com os participantes e seus responsáveis. Todo o

material relativo à pesquisa no que concerne às gravações de áudio, ficarão armazenadas por 5 anos no gabinete 3131, localizado na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG.

#### 4.6 Riscos

Os riscos desta pesquisa envolveram cansaço ou constrangimento por parte dos entrevistados durante o período de coleta de dados, e nas entrevistas presenciais, o risco de contaminação pelo vírus COVID-19 devido à pandemia que estava vigente no momento da pesquisa.

Como forma de prevenção e redução do risco, os detalhes dos procedimentos de sigilo das informações que seriam compartilhadas com a pesquisadora foram previamente explicados e discutidos com os responsáveis e os jovens, assim como foi elucidado que não haveria prejuízo na relação com o CRAS, Universidade ou com a pesquisadora caso viessem a se sentir constrangidos ou cansados durante a realização das entrevistas. A abordagem e a comunicação foram de forma amistosa, com todos os cuidados para que não se sentissem desrespeitados ou coagidos.

Em relação ao risco de contaminação por causa do vírus, manteve-se o distanciamento recomendado dos participantes, as entrevistas presenciais ocorreram em lugar aberto, a todo momento houve higienização dos materiais de trabalho e também a utilização de máscara PFF2 por parte da pesquisadora.

#### 4.7 Benefícios

Os benefícios desta pesquisa contemplam a contribuição de informações que subsidiem pesquisas sobre as juventudes de periferia e também à formulação e implementação de políticas públicas voltadas para essa população.

## 5 ARTIGO

### **As vivências dos jovens de periferia nos espaços urbanos de Belo Horizonte - recorte regional do bairro Santa Rosa**

Nattyelle Laura Baêta Brandão Silva - [nlbbsilva@gmail.com](mailto:nlbbsilva@gmail.com)

Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Estudos da Ocupação Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil.

Luciana Assis Costa

Curso de Pós-Graduação em Estudos da Ocupação da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil.

#### **Resumo**

Este estudo se detém na análise do uso dos espaços urbanos por jovens em condição de vulnerabilidade social, habitantes de periferia da cidade de Belo Horizonte. O objetivo foi compreender de que forma esses sujeitos vivenciam os espaços urbanos (além da escola e da residência) a partir de seus cotidianos, identificando também as expectativas traçadas, as limitações e restrições que encontram para usufruir desses espaços urbanos. Trata-se de um estudo qualitativo, descritivo-exploratório que utilizou como técnica de coleta de dados entrevistas semiestruturadas. Foram entrevistados quatorze jovens de 13 a 18 anos, residentes da Vila Santa Rosa, cujas famílias eram cadastradas na base de dados do CADÚnico do CRAS Santa Rosa. Os principais achados apontam para a forma adaptada de diversos usos dos espaços urbanos pelos jovens, a demanda pela oportunidade de trabalho, e a ausência de atividades programadas no cotidiano para além do vínculo com a escola. As práticas de socialização representam os usos principais dos espaços urbanos, sendo a possibilidade do encontro o que desperta maior interesse para frequentar um espaço, seguido pela oportunidade de vivenciar atividades de esporte e lazer e em terceiro lugar, a qualidade da infraestrutura física acessível no local. Os relatos também explicitam a carência de equipamentos públicos de esporte, cultura, lazer e convivência, o difícil acesso ao transporte público local, além da manutenção da ordem segregacionista de uso dos espaços públicos centrais da cidade. Espera-se que os achados desta pesquisa contribuam para a elaboração de políticas públicas voltadas para o jovem de periferia, assim como fomentem a discussão acerca do assunto de planejamento urbano e juventudes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Juventudes. Periferia. Cotidiano. Vulnerabilidade Social. Vivências. Espaços urbanos.

## INTRODUÇÃO

Este estudo se detém na análise do uso dos espaços urbanos que permeiam o cotidiano de jovens em condição de vulnerabilidade social, habitantes de periferia da cidade de Belo Horizonte. O objetivo principal foi compreender de que forma esses sujeitos vivenciam os espaços urbanos (além da escola e da residência) a partir de seus cotidianos, identificando também as expectativas traçadas e as limitações e restrições que encontram para usufruir desses espaços urbanos.

Estima-se que 23% da população brasileira e também belorizontina é composta por jovens, sendo significativa parcela da população (IBGE, 2018). Todavia, cerca de 11 milhões de jovens (representando também 23% da população total nesta faixa etária) encontram-se sem ocupação no mercado de trabalho, sem vínculo a uma instituição de ensino e também não estão buscando qualificação profissional. Deste grupo, cerca de 70% são jovens pretos e pardos (IBGE, 2018).

Tal fenômeno marcou a geração pelo nome de “nem-nem”, expressão que veio da variação do termo em inglês *neet - not in education, employment or training*, que foi como a população inglesa ficou conhecida na década de 1990, quando o país passava por problema parecido com o atual cenário brasileiro. Todavia, tal expressão vem sendo problematizada, uma vez que se atribuiu tom pejorativo a ela, como se os próprios jovens fossem responsáveis pela situação que se encontram (MARLI, 2019).

A definição do termo juventude é polissêmica: do ponto de vista do Direito e do Estado, é compreendida cronologicamente entre os sujeitos de 15 a 29 anos pelo Estatuto da Juventude (Lei 12.852 de 2013), portanto, é um recorte populacional etário, que otimiza a aplicação de políticas públicas voltadas para esta parcela da sociedade. Todavia, a abordagem meramente cronológica não condiz com complexidade e diversidade assumida pela condição juvenil (GROPPO, 2016).

Dada a complexidade deste assunto, diferentes teorias sobre como abordar o termo foram desenvolvidas ao longo do tempo, conseqüentemente influenciadas pelo contexto histórico e filosófico de sua época. Este trabalho se orienta pela abordagem pós-crítica que se baseia em uma segunda modernidade, com enfoque nas múltiplas transições juvenis, compreendendo a juventude como fenômeno multimodo e diverso, baseado na tese das socializações ativas, rompendo com a noção funcionalista de socialização, que consistia na premissa de que as gerações anteriores são responsáveis por iniciar as gerações futuras nos processos de convivência e inclusão na sociedade. Ou seja, esta abordagem propõe que os indivíduos, simultaneamente, se constroem e são construídos, em face às diferentes lógicas sociais (GROPPO, 2016).

A partir dessas considerações, nos referiremos às juventudes no plural. Seus contextos são construídos em relação com o espaço que transitam (LEITE E MELO, 2015), e por isso o espaço urbano desempenha um importante papel no desenvolvimento social desse grupo populacional, principalmente da população periférica, pois é no espaço urbano que há o estabelecimento das suas redes de relações sociais, sendo que a socialização tem um impacto maior em seus cotidianos se comparado a outros grupos sociais (FONSECA, 2005; FRANCH, 2002), principalmente pelas vias do lazer e tempo livre (ANDRADE E MARCELLINO, 2011).

Apesar dessa importância do espaço urbano para a população da periferia, a realidade encontrada denuncia uma carência de oferta de espaços com infraestrutura planejada que permite a vivência dessas relações sociais. Isto porque o contexto da periferia é “marcado por desigualdades e contradições que restringem o direito às oportunidades da cidade” (LEITE e MELO, 2017. p. 125). Nesse aspecto, “espaços que dificultam a integração entre pessoas, usos e atividades exigem um esforço maior por parte das pessoas para estabelecer sua rede de relações, o que muitas vezes implica na adaptação dos espaços para novas funções” (FONSECA, 2005. p. 378).

Além da carência desses espaços planejados, estudos indicam que as juventudes periféricas enfrentam outros desafios ao usufruir do tempo livre em

espaços mais centrais, como a questão da distância (ANDRADE E MARCELLINO, 2011; RAMOS, 2015), ausência de recursos financeiros próprios e a segregação espacial (RAMOS, 2015; OLIVEIRA, SOARES E BATISTA, 2016); resultando em dificuldade de acessar outros tipos de cultura além das produzidas em suas localidades (OLIVEIRA *et al*, 2016) e também em um círculo social limitado (FRANCH, 2002). Ainda, podem preferir os espaços mais distantes do centro pelo fato de não estarem sob constante vigilância das instituições de segurança como guarda municipal e polícia, embora reconheçam a importância de ocupação dos espaços centrais pelas juventudes de periferia (SOUZA E PERUCCHI, 2018)

Utilizam também os *shopping centers* como ponto de encontro e diversão, o que é comum para jovens de classes baixas (C, D e E) (ANDRADE E MARCELLINO, 2011; RAMOS, 2015). Apesar disso, ainda utilizam muito os espaços urbanos, principalmente a rua (Franch, 2002).

Essas juventudes periféricas enfrentam sobretudo o estereótipo de favelado (OLIVEIRA, SOARES E BATISTA, 2016) ao usufruírem de outros espaços na cidade. Além disso, alguns jovens lidam com a restrição oriunda do controle parental, sendo que as jovens do gênero feminino são restritas por um controle de suas sexualidades, e os jovens do gênero masculino por um receio de envolvimento com drogas e outras atividades ilícitas (FRANCH, 2002).

Todavia, nem só de mazelas vive a favela, uma vez que existe dentro delas “uma cultura recreativa complexa, baseada na valorização das relações pessoais e na apropriação coletiva dos espaços privados e públicos do bairro” (FRANCH, 2002, p. 131). O território da periferia é fértil, com “uma complexa trama social, espaço pulsante que é compartilhado, vivido e praticado por quem nele reside” (DANTAS E DE MICHELI, 2021. p. 2780), resultado em juventudes criativas, ao desenvolverem estratégias que possibilitam superar as dificuldades impostas por essa realidade que os segrega (DUARTE, 2016; DANTAS E DE MICHELLI, 2021).

Quanto à mobilização política juvenil, apesar de alguns estudos demonstrarem maior engajamento social desse público, especialmente nas periferias, há indícios de que, no geral, os jovens apresentam baixo envolvimento em pautas

políticas, apesar de reconhecerem a importância da participação, por acreditarem ser um caminho para retorno de suas demandas (OLIVEIRA, SOARES E BATISTA, 2016).

Nas últimas décadas, tem havido um esforço maior na produção do conhecimento acerca das juventudes, buscando investigar as novas formas de sociabilidades e percursos juvenis (Sposito, 2020), todavia, ainda persistem argumentos discursivos sobre a juventude periférica que desconsideram as condições sociais específicas que as forjam, vinculando, de forma naturalizada, a juventude à violência, e também tecendo uma articulação direta entre pobreza e violência (Takeiti, 2016; Zaluar, 1996). Nos dois casos há uma entre pobreza compreensão da juventude atrelada aos problemas sociais, como ameaçadora da ordem social (Abramo, 1994). Tais discursos constroem uma percepção estigmatizante de setores da juventude pobre (Takeiti, 2016).

Para ter uma melhor compreensão desse fenômeno, este estudo se ampara na abordagem pós-crítica que se baseia em uma segunda modernidade, com enfoque nas múltiplas transições juvenis, isto é, que não são lineares (Groppo, 2016). Nesta abordagem se encontra a tese das socializações ativas que rompe com a tradicional noção de socialização, e consiste na concepção de que esses jovens se constroem e são construídos simultaneamente, em face ao conflito entre as lógicas sociais (Groppo, 2015)

“Por meio desta noção, descreve e denuncia a precarização das juventudes, não apenas as das classes populares. Mas também analisa e propõe saídas criativas, tendo os próprios jovens como sujeitos ativos no enfrentamento da precariedade, na lida com os riscos do presente e na assunção de projetos de vida” (GROPPO, 2015, p. 577)

Além disso, Pais (1990) provoca pensar juventudes a partir da perspectiva do cotidiano, que possibilita a compreensão entre as dimensões estruturais, identificadas nos conceitos macroestruturais, como classe social, raça e gênero; e também na dimensão do microestrutural, como as relações mais ordinárias, o que está na rotina e também fora dela, compreendendo assim, os acontecimentos cotidianos, não somente pela repetição de ocorrências e rotina, mas também os acontecimentos inesperados, superando o senso comum da palavra (Pais, 2003).

Compreendendo a juventude como parte de formação do sujeito, que é influenciado pelo meio social no qual está inserido e suas relações (Pais, 1990; Dayrell, 2003), e considerando que é no espaço urbano que “muitas práticas sociais juvenis refletem outras possibilidades e perspectivas de vida” (LEITE E MELO, 2017, p. 124), e também “a apropriação da cidade, de seus espaços e equipamentos, constitui-se como um elemento fundamental da condição juvenil contemporânea” (ALMEIDA, 2013, p. 161), se faz necessário estudar o cotidiano de juventudes atrelado ao espaço.

Esta noção do espaço pode ser compreendida em três aspectos:

1. O espaço é um produto de inter-relações. Ele é constituído através de interações, desde a imensidão do global até o intimamente pequeno [...];

2. O espaço é a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade; é a esfera na qual distintas trajetórias coexistem; é a esfera da possibilidade da existência de mais de uma voz. Sem espaço não há multiplicidade; sem multiplicidade não há espaço. Se o espaço é indiscutivelmente produto de inter-relações, então isto deve implicar na existência da pluralidade: Multiplicidade e espaço são co-constitutivos.

3. Finalmente, é precisamente porque o espaço é o produto de relações-entre, relações que são práticas materiais necessariamente embutidas que precisam ser efetivadas, ele está sempre num processo de devir, está sempre sendo feito - nunca está finalizado, nunca se encontra fechado. (MASSEY, 1999. p. 8)

Pelo fato deste trabalho ter um enfoque no espaço urbano periférico, essa abordagem acerca do espaço se torna aplicável pelas seguintes maneiras: considerando o espaço urbano periférico, tem-se a noção de uma malha urbana plástica, isto é, que se modifica de acordo com a densidade populacional, sendo, portanto, um espaço sempre num processo de devir (3); além disso, é um espaço criado e mantido pelas inter-relações de seus habitantes (1); e por assim ser, resulta também em ser um espaço múltiplo, uma vez que são muitas pessoas com suas diversas histórias, com interesses variados, que podem ser em comum mas também divergentes (2). Outro aspecto é que este espaço de periferia é co-constitutivo (2), uma vez que é organizado pelas necessidades oriundas de sua população, resultando em autoconstruções e um ordenamento mais orgânico.

Fonseca (2005) destaca que o espaço urbano, principalmente o espaço urbano coletivo, tem um maior peso e importância no cotidiano das populações pobres, uma vez que dependem deles para estabelecimento da rede de relações sociais, utilizando mais intensamente os espaços públicos se comparado com populações de renda média e alta.

Assim sendo, este trabalho tem como objetivo geral compreender de que forma os jovens de periferia vivenciam os espaços urbanos a partir de seus cotidianos, identificando também as limitações do uso, e as expectativas que estes jovens traçam sobre estes espaços. Para isso, buscou-se como recorte de análise a população jovem que vive na periferia de Belo Horizonte, em situação de vulnerabilidade social. Periferia urbana sendo entendida como espaços não planejados, com condições urbanas restritas ou negligenciadas devido ao seu processo de urbanização, e por isso são considerados marginais, periféricos; e vulnerabilidade social sendo entendida como “a ausência ou precariedade no acesso à renda, mas atrelada também às fragilidades de vínculos afetivo-relacionais” e às diversas condições de opressão (CARMO, 2018, p. 2), assim como as restrições de acesso a bens e serviços.

## **MATERIAIS E MÉTODOS**

Trata-se de um estudo qualitativo, descritivo-exploratório que utilizou como técnica de coleta de dados entrevistas semiestruturadas. Este método foi escolhido dado o cenário da pandemia, os recursos disponíveis e o tempo disponível para a realização da pesquisa, por possibilitar a compreensão dos contextos sociais específicos, considerando como ponto inicial a perspectiva do entrevistado, permitindo alcançar seus valores, princípios, crenças e comportamentos (Minayo, 2008).

Este Projeto de Pesquisa teve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais (CEP-UFMG) - CAAE: 42276921.8.0000.5149.

### População

A população deste estudo reside na Vila Santa Rosa, e são jovens de 13 a 18 anos que o núcleo familiar possui cadastro na base de dados do CADÚnico<sup>4</sup>, e, portanto, acessíveis pelo CRAS Santa Rosa. A escolha por este equipamento se deu devido ao vínculo, pré-existente à esta pesquisa, com outros programas de pesquisa e extensão atrelados ao departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

### Coleta de dados

A coleta de dados foi feita através de entrevista semiestruturada, cujo roteiro conteve: a) perguntas sobre a idade, endereço, escolaridade, trabalho, turno de estudo e trabalho, tempo de deslocamento; b) perguntas sobre o que faziam antes e durante a pandemia, espaços que frequentam além da escola/trabalho, durante a semana e finais de semana, como e quanto tempo gastam no deslocamento, com quem vão; a razão para frequentarem estes espaços e se encontram alguma limitação para frequentarem espaços que gostam; c) perguntas sobre os locais que não gostavam de frequentar e por quais razões; d) e perguntas sobre as expectativas sobre a oferta de espaços urbanos. Em todas as entrevistas, foi explicitada a possibilidade de anonimato ou de aparecimento do nome dos jovens, tanto com os responsáveis e com os jovens.

As entrevistas foram realizadas de forma presencial, por telefone e por troca de mensagens via aplicativo de mensagens instantânea (WhatsApp). As entrevistas presenciais foram acompanhadas pela psicóloga do CRAS, que disponibilizou um colete de identificação para a pesquisadora como agente da Prefeitura de Belo Horizonte. Tanto as entrevistas presenciais quanto as realizadas por telefone foram gravadas somente por voz, com consentimento prévio dos participantes e seus responsáveis. A entrevista realizada por aplicativo de mensagem instantânea (WhatsApp) durou cerca de três dias com trocas de mensagens, após cessão de envios por parte da jovem.

---

<sup>4</sup> Instrumento de coleta de dados que objetiva identificar famílias de baixa renda, para fins de inclusão em programas de assistência social

### Análise de dados

Os áudios das entrevistas foram transcritos pela própria pesquisadora, visando a fluidez das informações, considerando pausas significativas e entonações, mas sem foco nos aspectos que poderiam comprometer a continuidade da leitura (Azevedo *et al*, 2017). Já a análise dos dados ocorreu após o término do período da coleta dos dados, e foi utilizado análise temática, obedecendo às etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados (Guerra, 2014; Bardin, 2009).

### Questões éticas

Em respeito à Resolução Nº 510, de 07 de abril de 2016 do Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG, Artigo 9º, inciso V: “decidir se sua identidade será divulgada e quais são, dentre as informações que forneceu, as que podem ser tratadas de forma pública”, todos os participantes e seus responsáveis foram consultados sobre a identificação de suas falas e aparecimento do nome na pesquisa. A todos que consentiram, o nome aparecerá. Aos que quiseram manter-se anônimos, foi-lhes atribuído um codinome com base nas ruas da Vila, sem relação com o endereço de habitação dos jovens.

A todos os jovens menores de idade, primeiramente procurou-se os responsáveis para consentimento, explicando a pesquisa, os riscos que envolviam e deixando claro que poderiam cessar o contato a qualquer momento. O consentimento e o assentimento foram registrados de forma oral, com a entrega do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aos responsáveis e maiores de 18 anos, via física e também digital, e a entrega do Termo de Assentimento Livre e esclarecido para jovens menores de 18 anos.

Os resultados finais da pesquisa serão compartilhados com os agentes de serviço do CRAS Santa Rosa e com os participantes e seus responsáveis. Todo o material relativo à pesquisa no que concerne às gravações de áudio, ficarão armazenadas por 5 anos no gabinete 3131, localizado na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG.

### Riscos

Os riscos desta pesquisa envolveram cansaço ou constrangimento por parte dos entrevistados durante o período de coleta de dados, e nas entrevistas presenciais, o risco de contaminação pelo vírus COVID-19 devido à pandemia que estava vigente no momento da pesquisa.

Como forma de prevenção e redução do risco, os detalhes dos procedimentos de sigilo das informações que seriam compartilhadas com a pesquisadora foram previamente explicados e discutidos com os responsáveis e os jovens, assim como foi elucidado que não haveria prejuízo na relação com o CRAS, Universidade ou com a pesquisadora caso viessem a se sentir constrangidos ou cansados durante a realização das entrevistas. A abordagem e a comunicação foram de forma amistosa, com todos os cuidados para que não se sentissem desrespeitados ou coagidos.

Em relação ao risco de contaminação por causa do vírus, manteve-se o distanciamento recomendado dos participantes, as entrevistas presenciais ocorreram em lugar aberto, a todo momento houve higienização dos materiais de trabalho e também a utilização de máscara PFF2 por parte da pesquisadora.

### Benefícios

Os benefícios desta pesquisa contemplam a contribuição de informações que subsidiem pesquisas sobre as juventudes de periferia e também à formulação e implementação de políticas públicas voltadas para essa população.

### **Resultados**

Foram entrevistados 14 jovens, na faixa etária de 13 a 18 anos, sendo 11 do gênero feminino e 3 do gênero masculino conforme tabela 1. Apenas duas jovens não possuíam vínculo escolar, sendo que uma jovem (15 anos) não frequentou a escola após término do ensino fundamental, e a outra jovem (18 anos) já havia se formado no ensino médio. Todos os demais são estudantes advindos de escola pública. Dos jovens entrevistados, quatro realizavam alguma atividade remunerada,

sendo que duas jovens trabalhavam em programas de menor aprendiz, uma jovem trabalhava no comércio local, uma jovem realizava atividade informal, e um jovem aguardava ser chamado pelo programa da ASSPROM (Associação Profissionalizante do Menor), mas no momento da entrevista, não realizava nenhuma atividade remunerada.

<b>Nome/codinome</b>	<b>Idade</b>	<b>Situação escolar</b>	<b>Vínculo de trabalho e local</b>
Agatha	17	Cursando Ensino Médio	Não
Carol	15	Cursando Ensino Médio	Não
Carine	18	Formou Ensino Médio	Sim, trabalho em comércio dentro da Vila
Camille	15	Cursando Ensino Médio	Não
Senhor dos passos, gênero feminino	16	Cursando Ensino Médio	Sim, trabalho na Cruz Vermelha
Camila	13	Cursando Ensino Fundamental	Não
Gabi	16	Cursando Ensino Médio	Não
Caldas da Rainha, gênero feminino	16	Cursando Ensino Médio	Sim
Ramon	14	Cursando Ensino fundamental	Não
Kauã	16	Cursando Ensino Médio	Não
Taiane	17	Cursando Ensino Médio	Não
Viana do Castelo, gênero feminino	16	Cursando Ensino Médio	Não
Beira Alta, gênero feminino	15	Interrompeu os estudos no 9o ano do Ensino fundamental	Sim, trabalho informal fora da Vila
Major Delfino de Paula, gênero masculino	16	Cursado ensino médio	Não

Tabela 1: Perfil dos jovens da pesquisa

A Vila Santa Rosa, palco do cotidiano desses jovens, possui malha urbana sinuosa, e território bastante íngreme, resultando em escadas ou rampas bem

inclinadas em diversos pontos de suas vias. A cada esquina é possível ser surpreendido com pequenas vendas ou mesas e bancos de assentar, e para quem é estranho àquela dinâmica territorial, compreender o limite entre o espaço privado das residências e o espaço coletivo se torna um desafio. A Vila está circunscrita no bairro São Francisco, que faz divisa com os bairros São Luiz, Indaiá, Santa Rosa, Universitário e Santa Cruz (Imagem 01):

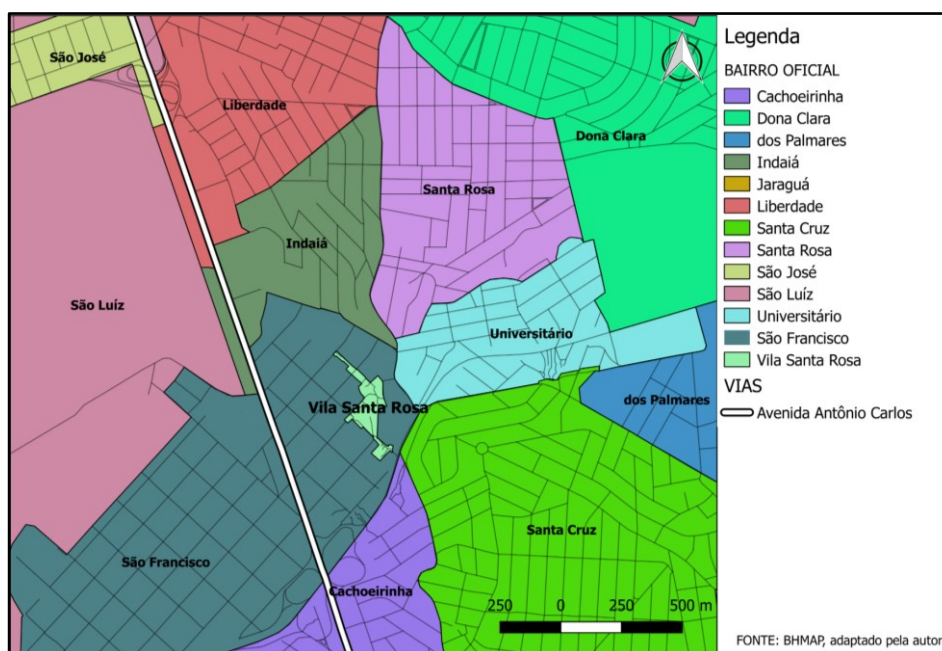


Imagem 01: bairros do entorno da Vila Santa Rosa

Próximo à Vila Santa Rosa, há a conformação de outras vilas e favelas (Imagem 02):



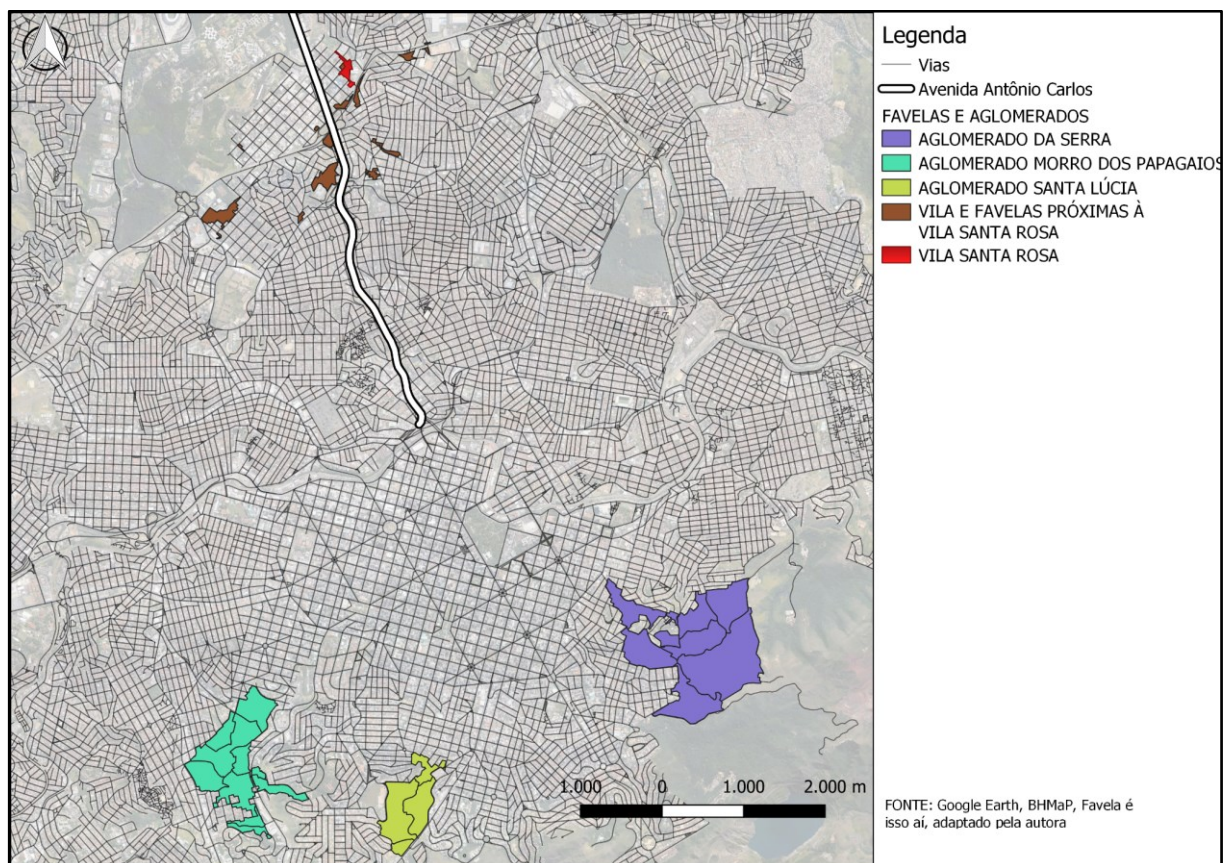


Imagem 03: Vila Santa Rosa, Vilas e favelas do seu entorno e Aglomerados da Serra, Morro dos Papagaios e Santa Lúcia, maiores aglomerados de vilas e favelas de Belo Horizonte.

O acesso à esta vizinhança é possível de diversas formas, tanto pelas ruas Caldas da Rainha e Castelo do Viana, vindo da Avenida Antônio Carlos (via troncal de fluxo importante para Belo Horizonte, conectando a região norte com a parte central da cidade), ou pelas vias locais oriundas dos bairros do entorno. As ruas Major Delfino de Paula e Viana do Castelo são sem saída para veículos, já a rua Beira Alta se transforma em Beco Beira Alta, sendo acompanhado por diversos outros becos que são de acesso exclusivo à pedestres (imagem 04). Dessa forma, a circulação de veículos é limitada, sendo que parte do território só pode ser acessada a pé (imagem 05).

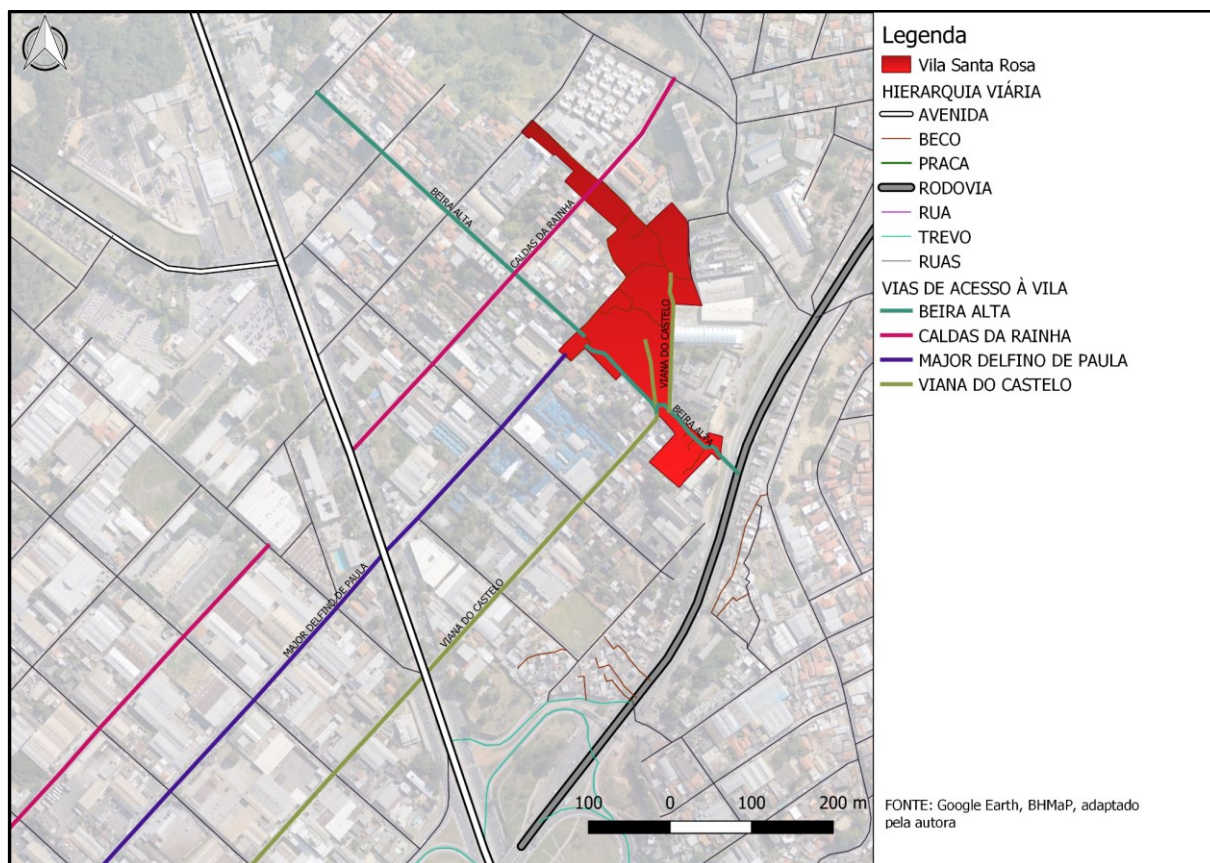


Imagem 04: Vila Santa Rosa e as principais vias de acesso

Ao final (ou começo, depende de onde partir) da rua Viana do Castelo há a conformação de um espaço que, aos olhares estranhos, nada mais é que o final de uma rua, mas para a população local, principalmente para os jovens, é um espaço que, através das entrevistas, pôde-se perceber ser carregado de significados e usos diversos: a *Praça do Pneu* (Imagem 06). Além dela, existe a *Praça da Cíntia* (Imagem 07), que possui algumas mesas e bancos de cimento e equipamentos da Academia da Cidade.



Imagem 05: Alguns acessos para dentro da Vila Santa Rosa com interrupção da via para carro e acesso exclusivo para pedestres. Fonte: Google Maps.



Imagem 06: Praça do Pneu - Rua Viana do Castelo



Imagem 07: Praça da Cíntia

Nas proximidades da vila, localiza-se a EMEI Santa Rosa e também o Hospital Paulo de Tarso. Ao seguir pela via Viana do Castelo e atravessar a Avenida Antônio Carlos, se encontra o Centro de Saúde São Francisco. O CRAS Santa Rosa fica um pouco mais à frente, na rua Major Delfino de Paula, a 1,5km de distância da Vila. Esses equipamentos estão fora do território da Vila, e segundo a equipe do CRAS Santa Rosa, resulta em uma dificuldade de adesão dos moradores e da própria equipe do CRAS de compreender a dinâmica territorial que se faz ali vigente.

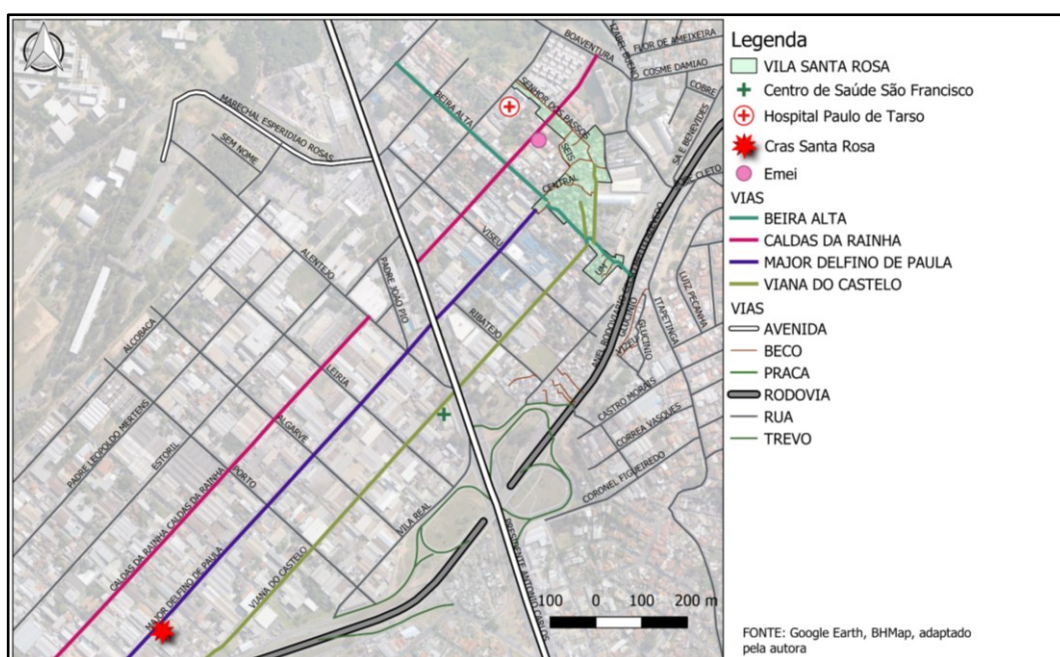


Imagem 08: Vila Santa Rosa com as vias de acesso e alguns equipamentos urbanos do entorno

Dentro da Vila Santa Rosa, há a conformação de espaços públicos formais, como a Praça da Cíntia, além da quadra de areia; e também espaços públicos adaptáveis, isto é, que desempenham várias funções, como a praça do Pneu, que acaba por ser o final da rua Castelo do Viana, sendo uma das portas de entrada para a Vila. Por dentro de suas vias e dos bairros vizinhos, é possível facilitar o deslocamento e chegar ao Mineirão<sup>5</sup>, que se encontra a 3 km de distância, lugar comumente frequentado pelos jovens da região.

<sup>5</sup> O Estádio Governador Magalhães Pinto, mais conhecido como Mineirão, é um estádio de futebol localizado em Belo Horizonte, na região da Pampulha, e possui em seu entorno a Esplanada, que é a área mencionada pelos jovens ao falarem que frequentam o equipamento, possuindo 80 mil

A população que habita o território descrito acima é composta, majoritariamente, por pessoas da pele preta ou parda (81%), sendo 28% na faixa de 6 a 17 anos, e 24% na faixa de 18 a 29 anos (PBH, 2019). É uma população cuja apenas 16% completaram o ensino médio e menos de 3% chegou ao ensino superior. Há cerca de 430 moradias (BHMAP, 2021), e 310 pessoas registradas junto ao CADÚnico (PBH, 2019).

Os resultados encontrados a partir das entrevistas conduzidas com os jovens foram agrupados em três temáticas sendo (1) os espaços urbanos frequentados pelos jovens, os usos e as restrições de uso, (2) As expectativas dos jovens em relação aos espaços urbanos e (3) A pandemia e o impacto nos usos do espaço urbano. Por último, de forma empírica, será apresentado os achados que emergem em relação (4) A importância da revisão da construção do conhecimento acadêmico em relação a comunidades socialmente vulneráveis.

#### 1. Os espaços urbanos frequentados pelos jovens, os usos e as restrições de uso

Os espaços urbanos que permeiam o cotidiano desses jovens e que aparecem em suas falas, além da própria residência e da escola, foram: a rua, a Praça do Pneu, Praça da Cíntia, Quadra de Areia (sendo esses dentro da Vila), Pracinha do BH, Parque do Brejinho e Mineirão (já esses vizinhos ao território) (Imagem 09).

Os usos desses espaços acontecem de diversas maneiras e possuem diferentes significados. A rua, aparece em seus discursos associada, principalmente, ao *fazer nada*, mas que pôde ser compreendida como espaço no qual ocorrem diversas atividades, muitas voltadas para o encontro com amigos e familiares, e algumas práticas de jogos e atividades de esporte:

“Depois da escola, não fazia nada. Ou ficava em casa ou ia pra casa da minha amiga ficar na rua conversando. No final de semana, mesma coisa. [...]. Às vezes nós fica batendo chutinho [na rua], só jogando no chão, não muito alto. [... De noite tomo banho e vou pra rua. Aí se tá paia, eu venho

---

metros quadrados, onde muitas pessoas vão para a prática de esportes, e onde há também a realização de shows e eventos (Estádio Mineirão, 2021)

embora. Se não tá paia, nós fica conversando, jogando baralho” (Camille, 15 anos).

“Chegava da escola, não fazia nada. Não saía, ficava aqui na porta. Algumas amigas vem pra cá e a gente fica zoando, conversando, dançando” (Gabi, 16 anos)

“A gente não faz nada. Quando a gente não tá na escola ou em casa, a gente tá na rua, anda por aí. [...] A gente não sai muito não. Fica só aqui na rua, conversando, sentada no passeio. Não tem banco, aí a gente fica procurando uma sombra.” (Camila, 13 anos).

“Quando encontro com meus amigos, geralmente é na rua ou na casa deles, e a gente fica na calçada. Geralmente a gente gosta de ficar mais na rua. De vez em quando a gente vai na pracinha do BH ou na quadra, mas a gente vai mesmo é pra colocar a fofoca em dia e fumar um beck. Gosto de ir lá na pracinha do BH porque é um pouco diferente, é bonito. [...] Antes da pandemia, eu chegava da escola, tomava banho, ficava na rua, brincando. Hoje em dia, eu não brinco mais, mas aí depois eu ia pra casa e dormia, pra acordar no dia seguinte e fazer tudo de novo.” (Beira Alta, 15 anos).

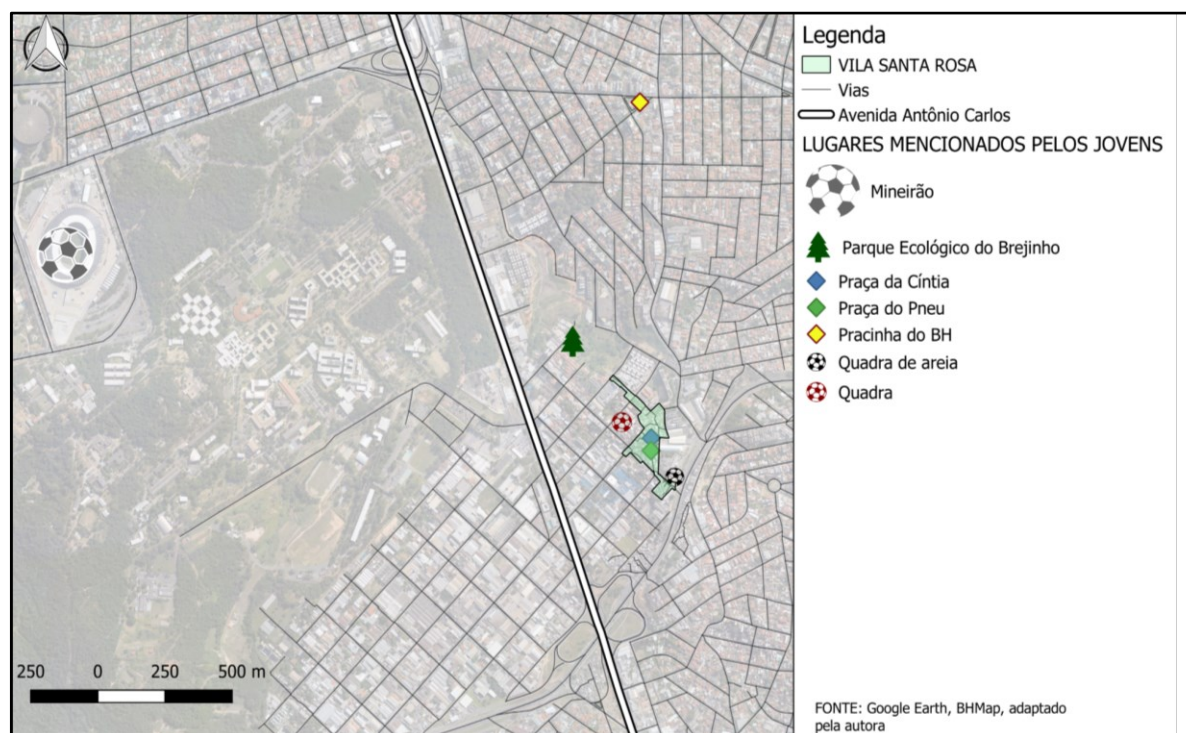


Imagem 09: Locais mais mencionados pelos jovens

Como pôde-se notar, esse “fazer nada” que aparece em seus discursos está associado a atividades mais descontraídas, não programadas, voltadas para a convivência, o descanso e o lazer. Mas também ressalta a ausência de atividades planejadas no cotidiano desses jovens, para além do vínculo escolar.

Dessa forma, a rua incorpora muitos usos, mas não é o único espaço urbano coletivo que faz parte do discurso e do cotidiano desses jovens:

“Quando não to aqui [no portão de sua casa], a gente vai para o Brejinho. Lá tem umas gangorras, um parquinho. A gente vai a pé, uns 20 minutos daqui. Vai a minha mãe, de vez em quando umas amigas, mais durante a semana” (Gabi, 16 anos).

“Às vezes a gente vai pra pracinha aqui, a pracinha da Cíntia. Tem também o canteiro de jogar bola. As meninas gostam de jogar bola, aí nós joga. Ah, gosto de ir pra lá [Praça da Cíntia] porque um monte de gente fica lá e nós fica lá conversando. [...]” (Camille, 15 anos).

“De vez em quando a gente vai pra praça do BH porque aqui não tem nada pra fazer, aí a gente vai lá a toa mesmo. Chama algumas pessoas e vai pra lá”. (Camila, 13 anos).

“Depois que acabava a aula eu não fazia nada. Hoje em dia eu vou, mas eu vou mais tarde, lá pra Pracinha do Pneu. Além de lá eu ia muito para a casa das minhas tias [...], às vezes no serviço do meu irmão, às vezes na casa dele. Ia muito aqui na minha vizinha de baixo”. (Carol, 15 anos).

“Depois da aula, eu vou pra quadra, vou pra casa do meu namorado ou fico em casa. Na quadra eu fico indo pra ver os carros passar. É raro os meninos jogar bola ali, aí vou lá pra ficar pensando na vida, vendo os carros passar. Aqui perto eu gosto de ir na sorveteria, às vezes vou com meu namorado, mas tem uns dois meses que não vou lá”. (Tauane, 17 anos)

Exceto o Brejinho (Parque do Brejinho) e a Pracinha do BH (Praça Brandão Amorim que recebe o nome popular devido ao supermercado da rede BH no seu entorno), os demais espaços não são planejados e nem constam na base de dados de espaços públicos disponibilizada pela Prefeitura de Belo Horizonte através do site BHMap.

Não são todos os jovens que relataram gostar de conversar ou encontrar os amigos para “fazer nada”. Para alguns, a atividade de maior interesse está relacionada ao esporte:

“Gosto de ir na rua mais ou menos. Não gosto muito de conversar, mais de ouvir música. E jogar bola, gosto muito de jogar bola. Tem uma quadra aqui em cima, vou lá de vez em quando”. (Viana do castelo, gênero feminino, 16 anos).

“Quando não to tendo aula, jogo bola com as menina aí, na quadra.” (Agatha, 17 anos).

“Não sou muito de sair, mas quando saio, é meu irmão que chama pra ir pra quadra, jogar ou ver os meninos jogando bola”. (Kauã, 16 anos).

Na região, existem dois locais propícios para a prática de esporte, como é o caso da Quadra (mencionada acima) e também da Quadra de Areia. A Quadra é acessada pela rua Caldas da Rainha, e possui uma rampa de acesso. Não é coberta, e possui uma edificação para vestiário, que não está operando.

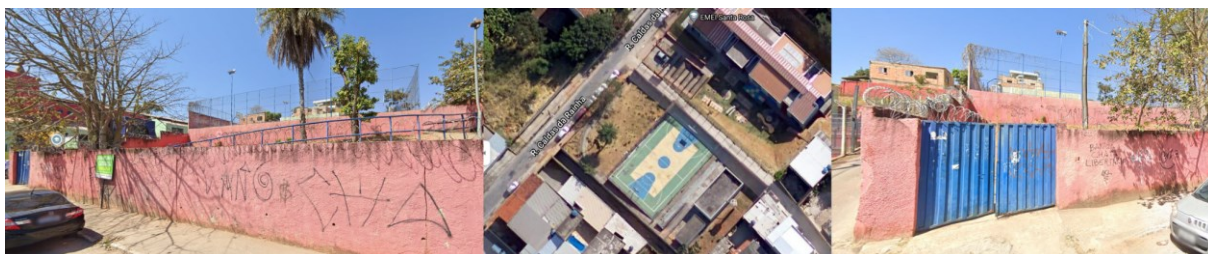


Imagem 10: Quadra. Fonte: Google Maps, 2021.

A quadra de areia é possível de ser acessada por dentro da vila, pelo Beco Beira Alta, pela rua Itapetinga ou por uma via não asfaltada, marginal à Rodovia Fernão Dias. Também não possui cobertura, apenas cercas em seu entorno.



Imagem 11: Quadra de Areia. Fonte: Google Maps, 2021

Os jovens também mencionam que “lugar aqui perto que é legal é o Mineirão” (Luana, 13 anos). Todavia, o equipamento está, aproximadamente, três quilômetros do bairro, e mesmo assim os jovens o acessam de bicicleta ou a pé, sem utilizar qualquer transporte motorizado. Quando questionados sobre a distância do equipamento, relatam que não é algo que incomoda se percorrido na companhia de amigos:

“Lá é um pouco longe, mas se ir conversando com alguém até que é bom. Eu prefiro subir pra lá conversando. Demora acho que uns trinta minutos”. Senhor dos Passos, 16 anos.

“Depois que acaba a aula, fico em casa ou vou pra rua, aqui na frente. De vez em quando fica cheio, aí fico aqui conversando. Gosto também

de andar de bike, aí vou no Mineirão. Lá é meio longe, mas é tudo plano. Demoro uns 15 minutos. Vou com mais gente, umas três pessoas, e chegando lá encontro outras.” Ramon, 15 anos.

O trajeto para a escola também costuma ser longo, o que não é evidenciado como incômodo pelos jovens, se feito na companhia de algum amigo. Como a maioria estuda de manhã, conciliam a rota com seus colegas, e percorrem o caminho a pé. A maioria dos jovens são direcionados para a Escola Estadual Juca Pinto, cujo percurso é em torno de 30 minutos; ou para a Escola Municipal Aurélio Pires, de caminhada por volta de 10 a 15min.

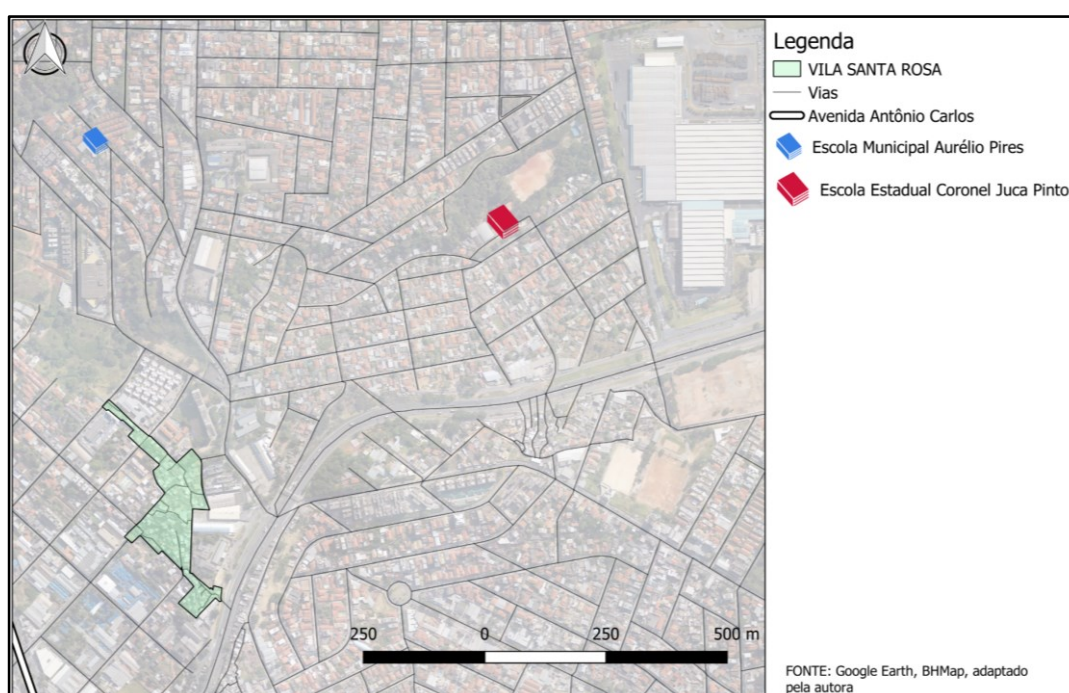


Imagem 12: Vila Santa Rosa e Escola Estadual Coronel Juca Pinto e Escola Municipal Aurélio Pires

Dessa forma, é possível observar que o atrativo dos espaços urbanos que fazem parte do cotidiano destes jovens não está estritamente relacionado à infraestrutura física oferecida nos locais, haja vista a precariedade dos espaços e equipamentos disponíveis a esta população, mas sobretudo, às pessoas que ali frequentam e convivem. Todavia, essa qualidade da infraestrutura urbana é importante, como mencionado pela Gabi em relação ao Brejinho, ou nas falas que dizem respeito à Pracinha do BH e até mesmo quando se referem ao Mineirão como lugar legal.

Assim sendo, é possível inferir que o interesse desses jovens nos espaços urbanos está associado a três aspectos: primeiro, à oportunidade do encontro e convivência com amigos e familiares; segundo, pelo desenvolvimento de outras atividades como andar de bicicleta ou skate e a prática de jogos, como o futebol e o baralho, e terceiro, a qualidade da infraestrutura física, que pôde ser notado ao referenciar o Mineirão e a Pracinha do BH como locais legais para ir, mesmo que sejam mais distantes.

Já o acesso aos espaços urbanos mais centrais da cidade de Belo Horizonte se torna limitado, haja vista que uma distância maior se configura um empecilho, visto que a caminhada não é viável. Dessa forma, a distância somada ao não uso de transporte público pelos jovens, se torna um aspecto que é levado em consideração para não gostar de um espaço urbano:

“Lugares longe, eu, Carine, não gosto de ir, que você tem que pegar três ou quatro ônibus ou ficar trinta minutos dentro de um carro. Então eu prefiro lugares perto mesmo, sabe?” (Carine, 18 anos).

“Para ir em outro lugar, é só quando saio mesmo, mas fora isso não saio não. [...] Não gosto muito de sair daqui não. Se for preciso sair, eu vou, mas não gosto não. Se tiver que ir de ônibus eu vou, mas se tiver que ir a pé pra um lugar longe, também não gosto”. (Camille, 15 anos).

Quando acessam os espaços mais centrais, é comum ser por meio de um responsável, para a realização de atividades como pagar contas, fazer compras e utilização de alguns serviços específicos não disponíveis na comunidade:

“Eu andava de ônibus quando ia fazer alguma coisa com minha avó. Minhas coisas eu fazia mais a pé mesmo”. (Kauã, 16 anos).

“Eu ia no centro da cidade com minha mãe, quando ela ia pra pagar algumas coisas, e de vez em quando comprava também, aí ela me levava”. (Gabi, 16 anos).

“Eu saía muito com a minha mãe pra fora daqui [...] e também ia com o meu irmão [mais velho]”. (Carol, 15 anos).

O que não impede que tentem usufruir de alguns espaços com amigos. Porém, encontram outra restrição: a dificuldade de acessar o transporte coletivo, especificamente pelo preconceito de alguns motoristas que não param para esses

jovens, o que demonstra uma associação naturalizada à marginalização da população jovem periférica:

“Quando a gente vai pra longe, a gente vai de ônibus. É mais ou menos legal né, porque sempre tem o preconceito dos motoristas. Os motoristas não param realmente pra mim não”. (Beira Alta, 15 anos).

Mas não é somente o preconceito de motoristas de ônibus que se configura como uma limitação para usufruir dos espaços urbanos, mencionada por esses jovens. Existe também o preconceito dos bairros do entorno da Vila ao compartilhar espaços com os jovens da Vila Santa Rosa:

“Tem bastante lugar [para jovens], igual lá na porta da minha escola, no Universitário [se referindo à escola Estadual Juca Pinto], é tipo uma pracinha. Até mesmo na quadra, muitas pessoas vão e não chamam os jovens. Eu acho que seria uma coisa legal, chamar os jovens pra ir, muita gente joga basquete, futebol, às vezes até mesmo vôlei, e os jovens daqui estão sempre de fora, porque não são chamados. Às vezes são adultos que ficam na quadra, às vezes não. Olha, às vezes tem os meninos que até mesmo são de lá. Igual aqui, a favela, quase nunca tá dentro disso, sabe? E os meninos daqui gostam muito de participar das coisas e quase nunca eles chamam, não sei porque”. (Carol, 15 anos).

Ocasionalmente, quando há preferência por espaços mais distantes, como é o caso da Praça do Papa (Imagem 13), se dá pela busca de maior sensação de liberdade, que, segundo alguns relatos, também é limitada pela presença da segurança municipal e polícia militar:

“Gosto de ir pra Praça do Papa porque lá eu me sinto bem pra fazer qualquer coisa, beber, fumar, entendeu? Mas lá é mais ou menos liberdade, não é muita não, por causa dos guardinhas policiais. Aí tem isso também, mas lá é bom. Gosto de ir pra lá porque não gosto de ficar me mostrando pros outros daqui, entendeu?”. (Beira Alta, 15 anos).

Outra restrição para o uso de alguns espaços na cidade, segundo os relatos, refere-se à questão do assédio, que aparece na fala de uma das jovens: “Lá na quadra não me senti bem porque tinha muito homem, e eu não gosto de ficar em lugar assim”. (Carol, 15 anos).



Imagem 13: Vila Santa Rosa e Praça do Papa

Em outro momento, a jovem também pontua que a presença de pessoas desconhecidas acaba por ser um fator desestimulador para frequentar os espaços:

“Não gosto de ir lá na quadra lá em cima porque lá é muito movimentado, e dá muita gente estranha, então eu prefiro ficar mais aqui pra baixo. Lá dá muitas pessoas estranhas, que eu não conheço”. (Carol, 15 anos).

Esta fala demonstra que a aglomeração, outrora um estimulante para a frequência e permanência nos espaços públicos, não é sempre bem vista e acolhedora, principalmente pela presença de pessoas desconhecidas que não fazem parte do cotidiano desses jovens. O mesmo aspecto é pontuado por outra jovem:

“Não gosto de ir em lugar muito agitado, eu prefiro mais ficar quieta. Quando eu vou mesmo pra lugar mais agitado, é só curiosidade, tirando isso, não gosto não”. (Carine, 18 anos)

O controle parental, que aparece em um dos relatos, também se torna uma restrição para o uso dos espaços da cidade, uma vez que apenas no portão da própria

residência é onde é tolerado ficar sem a presença de um responsável. Situação contornada, segundo a jovem Gabriela, de 16 anos, pois as amigas vão ao seu encontro dentro dos limites impostos por sua mãe.

Além das praças, das quadras e da rua, o shopping aparece como lugar de realização de outras atividades das quais têm interesse, e não são possíveis de serem feitas nas proximidades da vizinhança, conforme seus relatos:

“Tem muito lugar na cidade pra jovem sim, tipo shopping e Parks. Poderia ter mais, para os jovens se reunirem e ficarem se divertindo lá.” (Viana do Castelo, 16 anos).

“Às vezes a gente vai no Shopping. É, muitas vezes. Prefiro ir lá do que ficar na rua, lógico, porque lá a gente come, anda, vê roupas novas, compra. Aqui a gente só fica na rua, conversando. Se aqui perto tivesse um lugar com isso tudo, eu ficava aqui. (Caldas da Rainha, 16 anos).

“Longe daqui eu gosto de ir ao shopping, porque lá vejo filme, como porção, vejo pessoas, me divirto, jogando nos brinquedos que tem lá” (Tauane, 17 anos).

Aparece também nos relatos certa crítica sobre uma oferta de espaços destinados aos jovens eminentemente para o consumo e que não condizem com a realidade dessa população:

“Acho que a cidade tem muito lugar para o jovem no sentido de compra. Agora, fora isso, não. eles usam muito a gente como público alvo né, para os produtos deles, e tem muitas pessoas que não podem comprar.” (Gabi, 16 anos).

Todos os jovens mencionaram que existem lugares na cidade que não conhecem. Alguns foram específicos sobre locais que gostariam de conhecer, mas muitos não souberam listar esses lugares, e relataram que sabem que não conhecem pela condição de mobilidade urbana restrita que vivenciam:

“Tem muito lugar na cidade que eu não conheço, praticamente a cidade toda né, porque eu não vou muito no centro não. [...] Não tem lugar longe que eu não gosto, mas eu tenho vontade de ir no Parque Guanabara, porque tem vários brinquedos, e nunca fui lá porque minha mãe nunca me levou”. (Gabi, 16 anos).

“Tem muito lugar na cidade que eu não conheço, tipo essas praças fechadas que a gente não pode ir<sup>6</sup>”. (Carine, 18 anos)

“Eu acho que tem muitos lugares que não conheço ou não vou, mas não sei te falar quais [...] Acho que a cidade tem muitos espaços pra jovem sim..., Mas me deixa pensar... Agora não consigo lembrar de nenhum!”. (Luana, 13 anos).

“Tem muitos lugares na cidade que eu não conheço, tipo a praça da liberdade. Eu não me lembro, acho que nunca fui. Não sei onde é. Já fui na Praça do Papa, é longe e muito frio. A praça da estação já passei por lá e já fui lá.” (Camille, 15 anos)

“Acho que tem muito lugar na cidade que não frequento, mas não consigo pensar em nenhum. Mas eu acho que tem muito, acho que a cidade, em si, é muito grande” (Carol, 15 anos)

“Eu não conheço quase nada aqui né, mas gostaria de conhecer as bibliotecas”. (Tauane, 17 anos).

“Lugar na cidade para o jovem? Ah, tem sim, tipo a escola. Agora, fora a escola... sei não, acho que não. Tem lugar na cidade que eu não conheço, tipo o zoológico. Nunca fui lá, nunca tive oportunidade. Agora, um lugar maneiro pros jovens? Sei não, deu branco.” (Ramon, 15 anos).

A maioria dos jovens mencionou que nunca se sentiram não bem-vindos e que não pensaram sobre o aspecto de exclusão de jovens dos espaços urbanos.

“Não me lembro de lugares que excluem os jovens. Também não me lembro de não me sentir bem-vinda” (Caldas da Rainha, 16 anos)

“Não me lembro de nenhum lugar que não gosto de ir, nem sei te informar agora algum lugar que gostaria de ir, mas não vou. Nunca procurei saber sobre espaços que excluem os jovens, mas eu nunca me senti excluída” (Tauane, 17 anos)

Em contrapartida, os relatos sobre incômodo ou não se sentirem bem-vindos não foram compartilhados em detalhe, como dito por Viana do Castelo (16 anos) “Já me senti incomodada, porque as pessoas ficam encarando, olhando feio. Na escola também”. Ramon também relata desconforto, mas sem aprofundar “Já teve lugar que não me senti bem-vindo, mas não quero falar disso não”. Carol (15 anos) relata desconforto relacionado à presença de homens relacionado ao assédio “Lá na quadra, me senti incomodada. Tinha muito homem, fica olhando, eu não gosto de ficar em lugar assim”.

---

<sup>6</sup> A jovem fez referência a eventos que acontecem em alguns lugares abertos, com público específico, que é necessário ingresso para frequentar, e há limite de idade.

Mas também o incômodo pode ser bem específico, sobre a não possibilidade de ser e agir da forma que convém ao jovem, por convenção de normas impostas sobre o comportamento esperado:

“Não gosto de ir em igreja evangélica, por causa dos olhares dos pastores, não posso ir da forma que eu quero, aí prefiro não ir. Já fui em alguns museus, mas não gosto muito de ir, porque não pode pegar em nada, não pode tirar foto senão estraga pintura, então não me sinto à vontade de ficar em museu não, porque não falar alto. Nem em cinema eu gosto, porque eu gosto muito de rir, sou muito alegre, aí o povo mandar calar a boca, aí eu bato boca com todo mundo”. (Beira alta, 15 anos).

Dessa forma, os usos dos espaços se dão de maneiras amplas e diversas, assim como as limitações encontradas variam da experiência individual de cada jovem, que formam a percepção do coletivo, e são impactadas pela condição social que compartilham. É notável a importância da rua e dos demais espaços na socialização e formação de vínculos, ao mesmo tempo que experienciam as limitações sociais das quais estão submetidos.

## 2. As expectativas dos jovens em relação aos espaços urbanos

Ao ser abordado as expectativas que tinham sobre os espaços na cidade, a maioria dos jovens relataram nunca terem pensado sobre o assunto. Alguns levantaram pontos como a oferta de espaços públicos de maior reconhecimento próximos à região:

“Acho que poderia ter mais espaços pra jovens como a Praça da Estação, mas mais perto, ou como a praça da Liberdade, e até mesmo a Praça do Jaraguá. Acho que seria um lugar legal, que muita gente conheceria” (Carina, 18 anos).

Em coro a esta demanda, manifestam as poucas expectativas em relação a ambientes mais próximos com mais oferta de atividades, como sugerido pela Carina: “poderia ter mais atividades como dança ou outras coisas diferentes” ao comparar os locais de sua região com os locais mais centrais na cidade. Além dela, outros jovens também pontuam sobre o mesmo tópico:

“Pra divertir, podia ter uma quadra, coberta, com arquibancada pras pessoas assistir. Muita gente gosta de dança também né, de fazer aula de música. Esses trem é meio difícil de achar” (Camille, 15 anos).

“Acho que a cidade poderia oferecer mais espaço para os jovens com mais atividades, em lugares mais perto. Igual aqui na favela, tem duas quadras. Poderia oferecer mais esporte, porque os jovens só ficam dentro de casa e isso não é bom. [...] Eu acho que poderia ter bastante brincadeira aqui perto, porque aqui perto tem vários lugares que poderia ir: tem a pracinha lá na frente do BH, no Universitário tem o Raski, uma quadra do lado do [Escola Estadual] Juca Pinto. Antigamente tinha bastante futebol também. Pra mim poderia ter uma roda de conversa, lugar confortável pra ficar e conversar” (Carol, 15 anos)

Além disso, diversos jovens manifestaram a insatisfação de não estarem realizando atividades remuneradas quando questionados de que forma poderia haver mais espaço para jovens na cidade.

“Ah, de que forma poderia ter mais espaço pra jovens? Acho que tinha que ter mais emprego pra gente sabe? Porque tem muito jovem, assim, que eu conheço e que quer trabalhar e não tem oportunidade; para ter o próprio dinheiro, conquistar algumas coisas na vida, ajudar a própria família. Pra não depender tanto dos pais e ajudar também”. (Gabi, 16 anos)

“Acho que a cidade pode ter mais espaço para o jovem, porque nem é muito trem que tem muita coisa pro jovem. Podia ser tipo um trabalho, tipo uma escola. Mais trabalho sabe?”. (Camille, 15 anos).

Tal resultado também vai de encontro ao que foi relatado pela equipe do CRAS Santa Rosa: a maioria dos jovens e seus responsáveis procuram o CRAS visando oportunidades de trabalho como jovem aprendiz, e também cursos de capacitação.

Ademais ao trabalho, outro aspecto que manifesta suas expectativas é na oferta de espaços especificamente voltados para os jovens, como mencionado por Caldas da Rainha (16 anos) “Acho que a cidade poderia oferecer mais espaço para o jovem com mais liberdade, tipo, com menos adultos e idosos. Pra mim, seria só isso”.

Dessa forma, as expectativas que possuem em relação ao espaço físico na cidade não são muitas, o que pode estar associado a ausência de repertório para comparativo de outras realidades. Essa ausência de reflexão sobre suas próprias expectativas pôde ser associada a algumas questões, como: a negligência de garantia de direitos sociais básicos a essa população, expressa na escassez de equipamentos públicos de lazer, cultura, de acesso ao transporte público, somado a ausência de mobilização social de atores locais sobretudo com o envolvimento dos jovens e a naturalização das condições vivenciadas pelos jovens.

### 3. A pandemia e o impacto no uso dos espaços urbanos

Dado o momento do desenvolvimento da pesquisa, falar sobre a pandemia se tornou inevitável, até mesmo porque a recomendação das autoridades em saúde era de permanecer dentro de casa e sair só quando extremamente necessário. Dessa forma, este resultado emerge, mesmo não sendo o foco principal do trabalho falar sobre o impacto da crise sanitária e a relação com o espaço urbano.

Todos os jovens relataram que a pandemia alterou a forma como circulam pela cidade, como socializam, como desenvolvem outras atividades gerais no cotidiano, com um grande impacto no desenvolvimento escolar:

“Ah, to estudando mais ou menos né? Por causa da pandemia, tá remoto, eu faço as atividades, mas não é a mesma coisa”. (Viana do Castelo, 16 anos)

“Antes da pandemia eu fazia um curso de empreendedorismo, e ele acabou antes da pandemia. Comecei outro pra mim conseguir um serviço de menor aprendiz, só que como a pandemia veio, aí eles encerraram as atividades e não continuou”. (Carine, 18 anos)

“Eu to morrendo de saudade da escola. Aqui não tem uma rotina certa igual lá, que tem uma rotina de 7 até 11:30h, aí aqui não tem, querendo ou não, não tem essa rotina de ter o horário certinho, de ir e tudo. Lá na escola tem muitas pessoas, a gente conversava bastante, e aprende mais até mesmo lá”. (Carol, 16 anos)

“Eu terminei o nono ano, mas aí veio a pandemia e eu parei. Tô vendo se acaba pra mim voltar, não sei”. (Beira Alta, 15 anos)

É possível perceber a importância da instituição escolar, não só para o compartilhamento de conhecimento formal, mas também como organizadora de rotina, além de ser um importante espaço de encontro. A interrupção do acesso à escola interfere na perspectiva de futuro e de melhoria da condição social que se encontram hoje.

Além do impacto no ensino, foi possível notar que a pandemia impactou a relação dos jovens com o espaço urbano coletivo, devido às medidas sanitárias recomendadas para a restrição de circulação dos espaços públicos:

“A pandemia faz com que a gente tenha que ir de máscara para os lugares, e eu não gosto não” (Ramon, 14 anos)

“A pandemia mudou né, a forma de usar os espaços, porque tem que ficar usando máscara, que fica sufocando, não pode ficar muitas pessoas juntas, aí é ruim” (Viana do Castelo, 16 anos)

“A pandemia alterou muito a forma como eu circulo na cidade, porque antes eu já não saía, agora que não vou sair mesmo. Sou do tipo de pessoa que é meio desleixada, aí não tenho muito cuidado, porque vou sair, não pego o álcool em gel, acabado esquecendo, essas coisas” (Tauane, 17 anos).

“Na pandemia agora a gente fica mais presa dentro de casa” (Camila, 13 anos).

“Depois da pandemia ficou meio chato. Antes da pandemia a rua ficava mais cheia, tinha mais gente pra conversar. Agora não tem tanto mais, desanimei de ir pra rua, gosto de ficar mais em casa. Quando a pandemia acabar, nem vou voltar, desanimei” (Camille, 15 anos)

“A gente se afastou muito nessa pandemia, muitos pararam de conversar um com o outro né, aí acho que é até por isso que to com saudade da escola. [...] Antes eu ia muito para a casa das minhas tias, agora não vou mais, porque a minha avó tem uma certa idade, e é melhor a gente não ficar indo lá. [...] Nos finais de semana antes era mais legal, porque a gente reunia a família, vinha todo mundo pra cá, a gente fazia churrasco. Aí hoje em dia não tá podendo mais né, infelizmente. [...] A pandemia afetou muito a forma que vivo na cidade, porque as pessoas têm medo.” (Carol, 15 anos).

Os impactos da pandemia já começaram a ser notados e ainda há muito a se descobrir. O que relata esta pequena amostra é parte do fenômeno global, sendo necessário investigar a fundo este aspecto para mitigar as consequências desse afastamento social e des-relação com o espaço urbano.

#### 4. A importância da revisão da construção do conhecimento acadêmico em relação às comunidades socialmente vulneráveis

Além da pandemia, outro desafio que emergiu a partir desta pesquisa foi a aproximação e contato com o público alvo. No processo de adaptação da metodologia para o cenário pandêmico vigente, procurou-se uma figura para desempenhar o papel de informante chave, sendo esta pessoa responsável por mediar a aproximação da pesquisadora com o universo cultural a ser investigado, tendo em vista o distanciamento da pesquisadora em relação ao território e à população a ser estudada (BISOL, 2012). Portanto, tal abordagem não foi possível, por duas razões principais: as pessoas que se dispuseram a mediar o contato com os jovens, não mantiveram consistência no desempenhar da função por questões de ordem pessoal, como conflito com projetos pessoais e profissionais; e também pela ausência de retorno por

parte da universidade em pesquisas feitas com comunidades periféricas no passado, conforme relato abaixo:

“O momento agora é muito delicado e estamos tendo que focar nas frentes humanitárias dos territórios. A aplicação de questionários e afins não seria o melhor momento - as pautas infelizmente são muito cruéis e não estou numa posição para compartilhar o contato de ninguém para esse fim. Pontuo pois já ouvi queixas locais onde os estudantes aplicam a pesquisa, conseguem seus resultados e depois somem. Não que seja o caso, mas é uma situação muito delicada agora. Por isso sugiro esperarmos um pouco caso consiga. Aqui em BH trabalhei com o \*nome oculto\* e ele depois de tanto responder vários estudantes nunca mais vai fazer pois os feedbacks depois da pesquisa são praticamente nulos ... as pessoas vão pegar o que precisam e vão embora ... tipo sentem-se usados e depois descartados sabe? É muito triste pois ao mesmo tempo esses trabalhos nas academias são extremamente relevantes para irmos construindo um mindset coletivo e inclusivo em todas as esferas sociais.” 30/03/2021

Como pôde-se notar, a ausência desse retorno à população que fez parte da pesquisa e que possibilitou o desenvolvimento de diversos trabalhos trouxe descrença perante as lideranças comunitárias, e também uma sensação de que são tratados como meros objetos.

A situação vivenciada neste estudo reflete a necessidade de um debate mais amplo e estrutural acerca da construção epistemológica e metodológica em torno das pesquisas em ciências humanas (Santos, 1999). Evidencia-se, portanto, a necessidade de ruptura do paradigma positivista e da hegemonia do saber científico catedrático, rumo à democratização do saber, não apenas em seu momento de divulgação e “aplicação”, mas, além disso, na ordem de sua constituição ou produção (SCHMIDT, 2006, p.13). Este debate tem se apoiado em dois argumentos centrais: a necessidade de dupla ruptura, primeiro com o paradigma positivista de ciência e com a hegemonia do saber científico em relação a outros saberes como o senso comum e a sabedoria popular; e segundo, com a ideia de que a democratização da universidade, embora passando pela transformação das estruturas de poder internas e pela ampliação do acesso ao ensino superior, depende, sobretudo, da criação de comunidades interpretativas que integrem o conhecimento científico ao pensamento do senso comum, aos saberes populares e à mídia para um enfrentamento dos problemas sociais em nível local, nacional ou internacional (Schmidt, 2006).

Ainda, no processo de discussão da pesquisa com os possíveis informantes-chave, foi levantado o ponto sobre o anonimato dos participantes como algo negativo, sob a perspectiva de apagamento de uma comunidade já preterida por tantas frentes, inclusive a acadêmica. Dessa forma, este trabalho optou por divulgar o nome dos jovens que quiseram ter seus nomes vinculados às suas falas, tal como previsto na Resolução N° 510, de 07 de Abril de 2016 do Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG, Artigo 9º, inciso V: “decidir se sua identidade será divulgada e quais são, dentre as informações que forneceu, as que podem ser tratadas de forma pública”, como forma de reafirmar a construção dessa dissertação como algo coletivo, que não teria sido possível sem a colaboração de tantas pessoas.

Antes mesmo desta situação descrita, este trabalho firmou o compromisso ético de compartilhar com a população e com o CRAS Santa Rosa os achados dessa pesquisa, ciente de que a metodologia adotada em função da pandemia inviabilizou o uso de metodologias mais participativas com a população envolvido no estudo.

### **Discussão**

Considerando que a condição de juventude é influenciada pelo meio social dos quais os jovens estão inseridos (PAIS, 1990; DAYRELL, 2003); que é no espaço urbano que muitas práticas sociais juvenis refletem outras possibilidades e perspectivas de vida (Leite e Melo, 2017), e a apropriação dos espaços e equipamentos da cidade constitui-se como elemento fundamental da condição juvenil contemporânea (Almeida, 2013), pôde-se notar, a partir dos relatos, que o espaço urbano desempenha um importante papel no cotidiano desses jovens, principalmente por ser onde mantém contato com outros jovens e estabelecem seus vínculos, dessa forma, corroborando para a ideia de socialização ativa, isto é, na medida que são construídos como sujeitos sociais, também fomentam a construção social de seus pares (GROPPO, 2016).

Além disso, foi possível identificar três aspectos sobre a vinculação do interesse aos espaços urbanos. O primeiro deles (a oportunidade do encontro e a convivência com amigos e familiares) ilustra o que Franch (2002) e Andrade e

Marcellino (2011) afirmam sobre a importância do espaço urbano para o estabelecimento de vínculos e das redes de relações sociais no cotidiano dos jovens de periferia, principalmente por terem como uma das bases da cultura recreativa a valorização das relações sociais. Sabe-se que, de acordo com Fonseca (2005), o estabelecimento dessas relações e vínculos acontece primordialmente no espaço urbano, sobretudo em um contexto de periferia.

Como afirmado por Franch (2002) e reforçado nos achados, o espaço urbano de maior uso é a rua, e nele desenvolve-se diversas atividades além das relacionadas ao encontro, o que nos leva ao segundo aspecto: a possibilidade de realizar atividades voltada ao esporte e ao lazer, como andar de bicicleta ou skate, prática de jogos, como o futebol e o baralho.

Fonseca (2005) afirma que os espaços urbanos podem facilitar a integração entre pessoas, e a ausência desses espaços resulta na adaptação dos existentes para novas funções. Isto é o que acontece na transformação da rua Viana do Castelo em Praça do Pneu, e também da Quadra de areia como local de encontro e permanência, e menos como ambiente para praticar esportes de quadra. Corroborando com este achado, Takeiti (2016) ressalta que os jovens contribuem para a construção de espaços públicos nas próprias periferias e favelas submetidas às violências e todas as formas de vulnerabilidades.

A forma que os jovens se apropriam desses lugares atribuem a eles significados e é um dos aspectos apontados por Massey (1999) como configuração do espaço: produto das inter-relações, constituído através das interações. Além disso, pela forma como é constituído esse espaço, se torna também uma esfera da possibilidade e da existência da multiplicidade, principalmente considerando que as juventudes são heterogêneas e plurais (LEITE e MELO, 2017). Por último, como é um espaço adaptado e também adaptável, está em constante vias de devir, num processo constante de ser (Massey, 1999).

O terceiro aspecto sobre a vinculação do interesse dos jovens aos espaços urbanos (a qualidade da infraestrutura física oferecida) aparece quando os jovens elencam o Mineirão ou Pracinha do BH como “lugares legais” para se frequentar, por

mais que a frequência de uso desses espaços seja menor do que se comparada com os demais que emergem em suas falas. Não é coincidência a escolha por esses espaços nesta categoria (de lugar legal), uma vez que neles há oferta de uma estrutura física de melhor qualidade se comparada aos espaços mais próximos de suas residências, como é o caso da Praça da Cíntia ou da Quadra. Quando Pais (1986) afirma que o que tem maior importância social não é o espaço físico, mas os usos, as vivências que acontecem nesses lugares e que os transforma para um lugar com significado sociológico, ele não nega a importância da qualidade física de um espaço, mas reitera alguns achados desta pesquisa, isto é, que o uso que os jovens atribuem a esses espaços tem maior impacto do que a estrutura física disponível, o que pode ter se evidenciado pela própria carência de espaços planejados e acessíveis aos jovens.

Franch (2002) afirma que a prática de atividades diversas na rua não é um reflexo direto da falta de equipamentos específicos. Esse uso tão intenso da rua, apesar de ser comum nas populações periféricas, pode ser um fato evidenciado pela ausência de outros equipamentos, restando assim, a rua como esse espaço para estabelecimento dos vínculos e espaço para vivências do cotidiano.

Apesar de “se virarem” com a rua, é ainda necessário a existência dos espaços físicos voltados para o lazer, uma vez que o lazer é um processo de formação do indivíduo e abre novas possibilidades de relações sociais e de construção da identidade (Andrade e Marcellino, 2011).

Vale ressaltar ainda, que a ausência de mapeamento desses espaços na base de dados da prefeitura (BHMap) é um reflexo do descaso e da ausência de intervenção do Estado na oferta e planejamento de espaços urbanos voltados para esse fim.

Como a oferta desses espaços na região é baixa, a tentativa de usufruir de outros espaços na cidade é limitada por diversos fatores apontados pelos jovens, sendo eles a distância, o controle parental, o assédio, a discriminação, e a limitação de recursos financeiros próprios. Além destes, também o sentimento de não

pertencimento reforçado pela manutenção da segregação dos espaços urbanos na cidade.

Sobre o primeiro fator, Ramos (2015) afirma que a distância é uma das limitações encontrada por jovens de regiões periféricas, e que precisa ser superada para que possam usufruir de espaços urbanos em regiões mais centrais, onde a oferta de espaços, equipamentos e oportunidades tende a ser maior. Todavia, nenhum jovem manifestou interesse por outros espaços que não os próximos de sua região, inclusive, há uma preferência por espaços urbanos que sejam possíveis de serem alcançados por caminhada. Dos relatos, emergiu a distância como sendo um critério para avaliar se gostam ou não de um espaço. Tal argumento reforça o que Franch (2002) encontrou sobre o estabelecimento de vínculos mais fortes nas redondezas, e que por causa disso, há um apego maior a este espaço, não existindo um apelo em deixá-lo. Ainda, a mesma autora levanta o ponto que a restrição de circulação em outros espaços restringe o círculo social e, segundo Oliveira, Soares e Batista (2016), também restringe o acesso a outras formas de cultura além das produzidas dentro da própria comunidade.

A maioria dos jovens relatou não conhecer muitos espaços urbanos tradicionais de Belo Horizonte, como a Praça da Estação<sup>7</sup>, Praça da Liberdade<sup>8</sup>, Praça do Papa (cujo apenas uma jovem tem o hábito de frequentar por razões que serão discutidas adiante) ou o Viaduto Santa Tereza<sup>9</sup>. Além destes, também não conhecem os museus e bibliotecas da cidade, embora, neste caso, alguns tenham relatado ter interesse em conhecer, diferente do que relataram sobre frequentar espaços abertos, como as praças mencionadas. Nenhum jovem sequer ouviu falar do Centro de Referência da Juventude.

---

<sup>7</sup> Espaço urbano central, marcado pela manifestação de eventos culturais diversos, como o carnaval de rua, shows musicais, praia da estação, dentre outros.

<sup>8</sup> Espaço urbano na zona centro-sul da capital mineira, também é palco para manifestações culturais diversas e possui em seu entorno o CCBB (Centro Cultural Banco do Brasil). Muito famoso também pelas luzes de natal.

<sup>9</sup> Debaxo deste marco urbano, aconteceu o Duelo de MC's, Samba da Meia noite e diversos Saraus.

Nesse aspecto, a escola pública surge nos relatos, como uma mediadora de acesso dos jovens, aos museus e galerias de arte, uma vez que os poucos jovens que frequentaram espaços como o Palácio das Artes, Museu de Artes e Ofícios, Museu de Arte Moderna da Pampulha, Inhotim e similares, o fizeram através da escola.

No que tange o cenário pandêmico vigente no momento de realização da pesquisa, a ausência do ambiente escolar causou grande impacto em seus cotidianos, ainda mais considerando a importância da escola como orientadora de rotina, e como equipamento que auxilia no desenvolvimento social desses sujeitos. Pelos relatos, percebe-se que o distanciamento social comprometeu a manutenção de relações que eram estabelecidas na escola, por mais que muitos desses jovens sejam vizinhos.

É necessária atenção ao fato de que a região que habitam possuem baixo nível de escolaridade, sendo que uma minoria que alcança o ensino médio. O grupo entrevistado tende a destoar dessa realidade, uma vez que muitos jovens já ingressaram no ensino médio, o que pode ser um reflexo da amostra populacional, considerando que são jovens que foram acessados através do CRAS Santa Rosa, e procuram o equipamento para acessar oportunidades de primeiro emprego e cursos profissionalizantes, cujo vínculo escolar é obrigatório para ter acesso.

O controle parental e o assédio não foram pautas mencionadas pelos jovens do gênero masculino, apenas por uma jovem. Franch (2002) cita que as restrições de circulação dos jovens são diferentes de acordo com o gênero, sendo que as mulheres enfrentam mais esse controle por parte dos responsáveis do que os rapazes, apesar de eles também terem que lidar com essa situação. Isto porque, as jovens mais novas, do gênero feminino lidam com esse controle por causa da sexualidade - para evitar contato com o gênero oposto, enquanto os jovens são restritos por causa do medo de associação com atividades ilícitas.

O preconceito e o estigma também apareceram no cotidiano desses jovens, limitando a oportunidade de usufruto de outros espaços tanto nas adjacências da vila, quando excluídos por pessoas da vizinhança na realização de atividades; quanto em espaços mais distantes, ao relatarem a dificuldade de acesso o transporte público por

preconceito dos motoristas que não param para que possam ingressar nos veículos. Oliveira *et al* (2016) destaca que essas limitações são percebidas pelos jovens quando são marginalizados e estereotipados em decorrência da identificação social de favelados. Esse achado reitera o imaginário social apoiado no discurso que atrela de forma naturalizada a juventude à violência, especificamente a juventude periférica (Takeiti, 2016)

Sobre a limitação de recursos financeiros próprios, este aspecto aparece relacionado à demanda por trabalho remunerado. Os jovens demonstraram certa angústia por não realizarem atividades remuneradas em dois momentos da entrevista: o primeiro, quando questionados se trabalhavam, e respondiam com descontentamento e frustração que “infelizmente não”. O segundo, quando questionados de que forma poderia haver mais espaço para os jovens na cidade, pontuaram sobre a ausência de oportunidades para jovens de periferia, e que poderia haver mais trabalho, interpretando espaço como o espaço social, e não somente o espaço físico.

Consideram o trabalho remunerado como meio de satisfação de suas necessidades sociais e também superação de problemas herdados no grupo familiar, enxergando, ainda, como possibilidade de superação dos estigmas oriundos de suas condições sociais, como afirmado por Oliveira, Soares e Batista (2016). Para os autores, tal fato se associa ao início precoce no trabalho remunerado, principalmente por juventudes pobres e periféricas, o que corrobora com interpretação da negação de direitos sociais básicos, falta de proteção social e de políticas públicas que garantem o acesso ao esporte, lazer, cultura como direitos também dos jovens. Além de um contraponto moral à visão de marginais e favelados atribuídos naturalmente aos jovens de periferia (Fávero; Morais, 2020). Ramos (2015) afirma ainda que para que os jovens possam desfrutar o tempo livre, precisam enfrentar essa restrição financeira, o que não é possível por muitos.

A segregação e impedimento das classes sociais mais baixas de acessar os espaços urbanos da cidade, tal como identificado no estudo, não é diretamente problematizado pelos jovens. Há uma percepção individualizada de que a busca por

trabalho irá sanar estas restrições. A justificativa por essa demanda, segundo os relatos dos jovens, é poder contribuir com a renda da própria residência, além de poder realizar vontades próprias com o próprio dinheiro. De acordo com Fávero e Morais (2020) as relações de trabalho mediam de maneira íntima a sociabilidade juvenil, quando ter uma renda constante possibilita aos jovens uma certa autonomia em relação ao núcleo familiar de origem, possibilitando acesso a bens de consumo e a lugares e espaços da cidade. No entanto, e ao mesmo tempo, o trabalho impõe limites para as relações de sociabilidade, fazendo diminuir o tempo livre e de lazer, além do tempo investido nos estudos, impondo responsabilidades, propiciando aos jovens a vida em um “mundo adulto”, sobretudo quando ligado à reprodução do próprio núcleo familiar (Dayrell, 2007). Este dado demonstra a reprodução dos abismos sociais marcados pelas desigualdades de classe que se perpetuam no cotidiano das juventudes periféricas.

Essa busca por trabalho como meio de sanar as restrições da condição social a que estão submetidos é, de certa forma, incentivada pela própria política de assistência social. Isto porque a maior demanda que o CRAS Santa Rosa lida hoje por parte desses jovens é a busca por oportunidades de primeiro emprego e cursos profissionalizantes. Tal fato, somado à baixa organização política da comunidade, tende a reforçar a condição de vulnerabilidade social desses sujeitos, uma vez que por meio da organização política e da presença de programas sociais voltados aos jovens, as possibilidades de acessarem os direitos sociais se alargam, tal como evidenciado em outras vilas e favelas de Belo Horizonte.

Apesar disso, é possível notar que a favela do qual estão inseridos está mais associada à ideia de fronteira do que com a ideia de exclusão, como Dantas e De Micheli (2021) afirmam. Diante de todas as restrições que estão submetidos, conseguem parcialmente subvertê-las e usufruir dos espaços que têm acesso de forma criativa, o que reforça o que Dantas e De Micheli (2021) e Franch (2002) afirmam o território fértil, com uma cultura recreativa e trama social complexa. Por outro lado, os relatos dos (das) jovens demonstram claramente o descaso do estado com a população jovem periférica, quanto a falta de cuidado e investimento nas condições dos espaços urbanos que frequentam, a carência de equipamentos

públicos de esporte, cultura, lazer e convivência, o difícil acesso aos transportes públicos locais, além da manutenção da ordem segregacionista de uso dos espaços públicos centrais da cidade.

### **Considerações finais**

O cotidiano das juventudes periféricas brasileiras é complexo e diverso, e os jovens da Vila Santa Rosa não diferem dessa realidade. Apesar disso, há muito em comum em todas essas juventudes, especialmente em relação aos usos dos espaços urbanos, que são adaptados de acordo com suas necessidades, e também em relação às limitações encontradas.

Foi possível notar que os espaços urbanos desenvolvem sim um importante papel no cotidiano dessas juventudes, e os usos possuem padrões que tendem a se repetir por outras regiões de realidade urbana similar, como observado pelos estudos desenvolvidos em outras cidades brasileiras. É certo que todo território tem sua especificidade, assim como sua população, e essa realidade tem que ser conhecida antes de se fazer qualquer intervenção.

Além disso, apesar da maioria dos jovens não relatar a vivência de discriminação nos espaços urbanos da cidade, é necessário levar em consideração que muitos não foram expostos a outras realidades externas àquelas que convivem dentro da sua vizinhança. Dessa forma, o repertório para interpretação sobre o preconceito tende a ser limitado, assim como o julgamento sobre a qualidade de outros espaços além dos que estão habituados

Foi possível observar, ainda, que os espaços são adaptados de acordo com o uso. No cenário que esses jovens estão inseridos, pode-se relacionar esse fenômeno à ausência de espaços específicos para o desenvolvimento das atividades dos quais têm maior interesse, todavia, não é possível generalizar e afirmar que, caso houvesse a oferta desses lugares, não haveria ainda adaptação. Assim sendo, fica como sugestão para estudos futuros como se dá relação de jovens de periferia com o espaço urbano quando há oferta desses próximos de suas moradias, se a adaptação ainda persiste, e como a preferência pelos espaços do entorno é formada.

Por fim, os achados desta pesquisa reforçam a ideia de favela como fronteira e não exclusão, defendido por Tavares e Albertini (2005) e Dantas e De Micheli (2021), considerando a complexidade das relações sociais e do uso dos espaços urbanos desenvolvidos pelo público estudado.

Este trabalho visa contribuir para o avanço da discussão acerca da limitação e expectativas desses jovens em relação ao espaço urbano, em especial com a equipe de atendimento do CRAS Santa Rosa, assim como para que os próprios jovens possam refletir sobre a realidade na qual estão imersos, uma vez que todo o trabalho será compartilhado com todas as partes envolvidas no processo de desenvolvimento.

### Referências Bibliográficas

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, ANPEd, n. 5, 6, 7, 1997.

ALMEIDA, Renato S. Juventude, direito à cidade e cidadania cultural na periferia de São Paulo. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 56, p. 151-172, jun. 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i56p151-172>

ANDRADE, Carolina Paes. de; MARCELLINO, Nelson Carvalho. O Lazer, a Periferia da Metrópole e os Jovens: Algumas Relações. LICERE - **Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, [S. l.], v. 14, n. 2, 2011. DOI: 10.35699/1981-3171.2011.773. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/773>.

AZEVEDO, Vanessa; CARVALHO, Margarida; COSTA, Flávia Fernandes; MESQUITA, Soraia; SOARES, Joana; TEIXEIRA, Filipa; MAIA, Ângela. Transcrever entrevistas: questões conceituais, orientações, práticas e desafios. **Revista de Enfermagem Referência** Série IV - n.º 14 - JUL./AGO./SET. 2017

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2009.

BHMap. Prefeitura de Belo Horizonte: mapas de Belo Horizonte disponíveis para todos! C2021. Página inicial. Disponível em <http://bhmap.pbh.gov.br/>.

BISOL, Cláudia Alquati. Estratégias de pesquisa em contextos de diversidade cultural: entrevistas de listagem livre, entrevistas com informantes-chave e grupos focais. **Estudos de Psicologia** (Campinas), vol. 29, dezembro de 2012, p. 719–26. SciELO, <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2012000500008>.

BRASIL. Lei 12.852 de 5 de agosto de 2013: institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude. Diário Oficial da União, Brasília, jan. 2012.

BRASIL. Lei 8.069 de 13 de julho 1990: dispõe sobre o Estatuto da Criança e do adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 13 jul. 1990.

CARMO, Michelly Eustáquia do. GUIZARDI, Francini Lube. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. **Cadernos de Saúde Pública**, vol. 34, nº 3, março de 2018. DOI.org (Crossref), doi:10.1590/0102-311x00101417.

COELHO, Alexandra Mariano. Arte e cidade: refletindo sobre o papel do espaço urbano na formação estético-cultural dos adolescentes. 2011. 62p. Trabalho de conclusão de curso - **Universidade Do Extremo Sul Catarinense** - UNESC, Criciúma, 2011.

COSTA, Mônica Rodrigues; MENEZES, Jaileila de Araújo. Os Territórios de ação política de jovens do movimento Hip-Hop. **Revista em Pauta**, (24), 199-216. 2009.

D'ANDREA, Tiaraju. Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. **Novos Estudos - CEBRAP**, vol. 39, no 1, abril de 2020, p. 19–36. DOI.org (Crossref), <https://doi.org/10.25091/S01013300202000010005>.

DANTAS, João Gabriel Trajano; MICHELI, Denise de. “A favela onde moro: o território sob a perspectiva dos jovens”. **Ciência & Saúde Coletiva**, vol. 26, no 7, julho de 2021, p. 2769–82. DOI.org (Crossref), <https://doi.org/10.1590/1413-81232021267.07552021>.

DAYRELL, Juarez. A música entra em cena: o Rap e o funk na socialização da juventude em Belo Horizonte. Tese de doutorado em Educação, Faculdade de Educação, **Universidade de São Paulo**. São Paulo, 2001.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 40-52, dezembro. 2003. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782003000300004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000300004&lng=en&nrm=iso)>. acessado em 16 setembro. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782003000300004>.

DUARTE, Aldimar Jacinto. O Processo de Segregação Socioespacial dos Jovens Pobres nas Periferias de Goiânia. **Revista Fragmentos de Cultura - Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas**, vol. 26, no 1, maio de 2016, p. 115–25. [seer.pucgoias.edu.br](http://seer.pucgoias.edu.br), <https://doi.org/10.18224/frag.v26i1.4713>.

ESPLANADA | Estádio Mineirão. <http://estadiomineirao.com.br/o-mineirao/esplanada/>. Acessado 20 de novembro de 2021.

FÁVERO, Douglas Gonsalves; MORAIS, Sérgio Paulo. História oral e a juventude trabalhadora na periferia: limites, pressões e expectativas. **História Oral**, vol. 23, no 2, dezembro de 2020. DOI.org (Crossref), <https://doi.org/10.51880/ho.v23i2.1062>.

FRANCH, Monica. Nada para fazer? Um estudo sobre atividades no tempo livre entre jovens de periferia no Recife. **Revista Brasileira De Estudos De População**, 19(2), 117–133, 2002.

GONÇALVES, Monica Villaça; NETO, Luiz Rafael Bezerra; MALFITANO, Ana Paula Serrata. O cotidiano revelado por imagens da cidade. **Interface, Botucatu**, vol. 24, 2020.

GROPPO, Luis Antônio Teorias pós-críticas da juventude: juvenilização, tribalismo e socialização ativa. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, vol. 13, núm. 2, juliodiciembre, 2015, pp. 567-579. Centro de Estudios Avanzados en Niñez y Juventud. Manizales, Colombia

GROPPO, Luís Antônio. *Juventudes: Sociologia, cultura e movimentos*. Editora Clube de Autores: Alfenas/MG, 2016.

GROPPO, Luís Antônio. Sentidos de juventude na sociologia e nas políticas públicas do Brasil contemporâneo. **R. Pol. Públ.**, São Luís, v. 20, n 1, p. 383-402, jan./jun. 2016.

GROPPO, Luís Antônio. Sentidos de juventude na sociologia e nas políticas públicas do Brasil contemporâneo. **R. Pol. Públ.**, São Luís, v. 20, n 1, p. 383-402, jan./jun. 2016.

GUERRA, E. L.A.G. **Manual de Pesquisa Qualitativa**. 1 ed. Belo Horizonte: Grupo Alma Educação, 2014.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Artes Médicas; Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEITE, Marcos Esdras; MELO, Mônica Aparecida Soares Silva de. Juventudes e espaço urbano: uma análise geográfica na cidade de Montes Claros/MG. **Caderno de Geografia**, vol. 27, núm. 48, enero-marzo, 2017, pp. 123-141. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, Brasil.

LOPES, Roseli Esquerdo; ADORNO, Rubens de Camargo; MALFITANO, Ana Paula Serrata; TAKEITI, Beatriz Akemi; SILVA, Carla Regina; BORBA, Patrícia Leme de Oliveira. Juventude pobre, violência e cidadania. **Saúde e Sociedade**, vol. 17, setembro de 2008, p. 63–76. SciELO, <https://doi.org/10.1590/S0104-12902008000300008>.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Os Circuitos Dos Jovens Urbanos. **Tempo Social**, vol. 17, no 2, novembro de 2005, p. 173–205. DOI.org (Crossref), <https://doi.org/10.1590/S0103-20702005000200008>.

MARLI, Mônica. Revista Retratos. No Brasil, cerca de 11 milhões de jovens não estudam e nem trabalham. Agência IBGE Notícias. 29 de outubro de 2019. Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25801-nem-nem>>. Último acesso em 16/09/2020.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, ago. 2004. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022004000200007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022004000200007&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 18 set. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022004000200007>.

MASSEY, Doreen, e KEYNES, Milton. Filosofia e política da espacialidade: Algumas considerações. **GEOgraphia**, 6(12), 2009. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2004.v6i12.a13477>

MELUCCI, Alberto. A invenção do presente: Movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001.

MENEZES, Jaileila de Araújo; COSTA, Mônica Rodrigues. Desafios para a pesquisa: o campo-tema movimento hip-hop. **Psicologia & Sociedade**, 22(3), 457-465. 2010.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana - SEDRU. DECRETO ESTADUAL 44.646. 2007. Disponível em: <<http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=7434#:~:text=%C2%A7%204%C2%BA%20Consideram%2Dse%20espa%C3%A7os,%C3%A1reas%20de%20lazer%20e%20similares.>>. Acesso em: 14 out. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**. São Paulo (SP), v. 5, n. 7, p. 01-12, abril. 2017. Disponível em <<https://editora.sepq.org.br/rpq/issue/view/7>>. Acessado em 18 de set. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, Mar. 2012. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232012000300007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012000300007&lng=en&nrm=iso)>. acessado em 29 ago. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007>.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto de; TRANCOSO, Alcimar Enéas Rocha. Processo de produção psicossocial de conceitos: infância, juventude e cultura. **Psicologia & Sociedade**, 26(n. Spe. 2), p. 18-27, Maceió/AL, 2014.

OLIVEIRA, Elda de; SOARES, Cassia Baldini; BATISTA, Leandro Leonardo. Representações cotidianas de jovens sobre a periferia. **Revista Brasileira de Enfermagem**, vol. 69, dezembro de 2016, p. 1147–53. SciELO, <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2016-0387>.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude - alguns contributos. **Análise Social**, vol. XXV (105-106), 1990 (1. °, 2. °), p. 139-165.

PAIS, José Machado. Cotidiano e reflexividade. **Educ. Soc., Campinas**, vol. 28, n. 98, p. 23-46, Jan./abr. 2007.

PAIS, José Machado. Lazer e sociabilidades juvenis - uma análise etnográfica. **Análise Social**, vol. XXV (108-109), 1990 (4. ° e 5. °) 591-644.

PAIS, José Machado. Paradigmas sociológicos na análise da vida quotidiana. **Análise Social**, vol. XXII (90), 1986-1. °, 7-57.

PAIS, José Machado; LACERDA, Miriam Pires Corrêa de; OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel. Juventudes contemporâneas, cotidiano e inquietações de pesquisadores em Educação - uma entrevista com José Machado Pais. **Educar em Revista**, no 64, junho de 2017, p. 301–13. DOI.org (Crossref), <https://doi.org/10.1590/0104-4060.50119>.

RAMOS, Élviz Christian Madureira. Territorialidade Dos Jovens Da Periferia: Uma Etnogeografia De Diversão Noturna Em Cidades Médias. **GEOSABERES: Revista de Estudos Geoeducacionais**, vol. 6, núm. 1, julio-diciembre,2015, pp. 363-375. Universidade Federal do Ceará, Brasil.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval. Pesquisa participante: alteridade e comunidades interpretativas. **Psicologia USP**, vol. 17, junho de 2006, p. 11–41. SciELO, <https://doi.org/10.1590/S0103-65642006000200002>.

SOUZA, Maira Ribeiro de; PERUCCHI, Juliana. “A periferia invade o centro”: uma análise sobre a apropriação do espaço urbano por jovens pobres. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, vol. 13, no 3, agosto de 2018, p. 1–16.

SPOSITO, Marília Pontes. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. **Tempo Social**, vol. 5, dezembro de 1993, p. 161–78. SciELO, <https://doi.org/10.1590/ts.v5i1/2.84954>.

SPOSITO, Marília Pontes; ALMEIDA, Elmir de; CORROCHANO, Maria Carla. Jovens Em Movimento: Mapas Plurais, Conexões E Tendências Na Configuração Das Práticas. **Educação & Sociedade**, vol. 41, 2020, p. e228732. DOI.org (Crossref), <https://doi.org/10.1590/es.228732>.

STECANELA, Nilda. Jovens e cotidiano: trânsito pelas culturas juvenis e pela “escola da vida”. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre, RS, 2008.

TAKEITI, Beatriz Akemi, VICENTIN, Maria Cristina Gonçalves. Jovens (en)cena: arte, cultura e território. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, vol. 24, no 1, 2016, p. 25–37. DOI.org (Crossref), <https://doi.org/10.4322/0104-4931.ctoAO0667>.

TAKEITI, Beatriz Akemi; VICENTIN, Maria Cristina Gonçalves. Juventude(s) periférica(s) e subjetivações: narrativas de (re)existência juvenil em territórios culturais. **Fractal: Revista de Psicologia**, vol. 31, dezembro de 2019, p. 256–62. SciELO, [https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i\\_esp/29028](https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i_esp/29028).

TAVARES, Sandra Maria Greger; ALBERTINI, Paulo. Moradia e corporeidade em espaços liminares: um estudo sobre formas de subjetividade na favela. **Paidéia** (Ribeirão Preto), vol. 15, no 31, agosto de 2005, p. 299–308. DOI.org (Crossref), <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2005000200017>.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos relatos dos jovens da Vila Santa Rosa, pode-se notar a diversidade e complexidade dos seus cotidianos. Como principais resultados, têm-se a adaptação dos espaços urbanos para usos diversos, demanda pela oportunidade de trabalho, e a ausência de atividades programadas no cotidiano desses jovens para além do vínculo com a escola.

Os principais usos do espaço urbano foram voltados para práticas de socialização, como o encontro, práticas de esportes e jogos. Essa adaptação pode estar relacionada com a ausência de espaços específicos para o desenvolvimento dessas atividades, todavia, não é possível generalizar e afirmar que, caso houvesse a oferta desses lugares, não haveria ainda adaptação. Essa ausência pode ter impacto também na hierarquia dos três aspectos levantados na discussão.

Além da precariedade de oferta de espaços urbanos, a dificuldade de acesso a outros pode ter interferido no repertório para interpretação sobre a qualidade dos que estão habituados, e pode ter influência também na percepção de discriminação, na sensação do “não-bem-vindo”

Foi possível notar também que os usos e as limitações encontradas tendem a se repetir nos territórios periféricos, o que facilita, parcialmente, a compreensão da dinâmica territorial existente. Apesar disso, todo território possui suas especificidades, sendo necessário investigação antes de qualquer intervenção.

Os achados desta pesquisa corroboram com a ideia de favela como fronteira e não exclusão, defendido por Tavares e Albertini (2005) e Dantas e De Micheli (2021), considerando a complexidade das relações sociais e do uso dos espaços urbanos desenvolvidos pelo público estudado.

O método escolhido possibilitou responder à pergunta da pesquisa e ir além, todavia, durante a coleta de dados pôde-se notar certo nervosismo ou mesmo estranhamento, haja vista que a pesquisadora não fazia parte do cotidiano daqueles jovens. Outro aspecto que pode ter inibido as falas dos jovens foi a presença dos pais

em alguns momentos, tanto nas entrevistas pessoais quanto nas entrevistas por telefone. Muitos dos estudos desenvolvidos com jovens, inclusive o referencial que fez parte desse trabalho, utilizou, além do método da entrevista, algum outro associado, como a observação em campo ou observação participante e também grupos focais, sendo estas práticas inviabilizadas pelo momento da pandemia.

É necessário continuar investindo no estudo sobre juventudes além da ótica de carência e precariedade, mas não esquecendo que fazem parte da realidade e possuem grande impacto em seus cotidianos. Como sugestão de estudos futuros, sugere-se a investigação da relação de jovens de periferia com o espaço urbano quando há oferta desses próximos de suas moradias, se a adaptação ainda persiste, e como a preferência pelos espaços do entorno é formada.

Este trabalho visa contribuir para o avanço da discussão acerca da limitação e expectativas desses jovens em relação ao espaço urbano, em especial com a equipe de atendimento do CRAS Santa Rosa, assim como para que os próprios jovens possam refletir sobre a realidade na qual estão imersos, uma vez que todo o trabalho será compartilhado com todas as partes envolvidas no processo de desenvolvimento.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, ANPEd, n. 5, 6, 7, 1997.

ALMEIDA, Renato S. Juventude, direito à cidade e cidadania cultural na periferia de São Paulo. **Revista Apênd. do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 56, p. 151-172, jun. 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i56p151-172>

ANDRADE, Carolina Paes. de; MARCELLINO, Nelson Carvalho. O Lazer, a Periferia da Metrópole e os Jovens: Algumas Relações. LICERE - **Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, [S. l.], v. 14, n. 2, 2011. DOI: 10.35699/1981-3171.2011.773.

AZEVEDO, Vanessa; CARVALHO, Margarida; COSTA, Flávia Fernandes; MESQUITA, Soraia; SOARES, Joana; TEIXEIRA, Filipa; MAIA, Ângela. Transcrever entrevistas: questões conceituais, orientações, práticas e desafios. **Revista de Enfermagem Referência Série IV** - n.º 14 - JUL./AGO./SET. 2017

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2009.

BHMap. Prefeitura de Belo Horizonte: mapas de Belo Horizonte disponíveis para todos! C2021. Página inicial. Disponível em <http://bhmap.pbh.gov.br/>. Último acesso 13 out. 2021

BISOL, Cláudia Alquati. Estratégias de pesquisa em contextos de diversidade cultural: entrevistas de listagem livre, entrevistas com informantes-chave e grupos focais. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, vol. 29, dezembro de 2012, p. 719–26. SciELO, <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2012000500008>.

BRASIL. Lei 12.852 de 5 de agosto de 2013: institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude. **Diário Oficial da União**, Brasília, jan. 2012.

BRASIL. Lei 8.069 de 13 de julho 1990: dispõe sobre o Estatuto da Criança e do adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13 jul. 1990.

CARMO, Michelly Eustáquia do. GUIZARDI, Francini Lube. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. **Cadernos de Saúde Pública**, vol. 34, nº 3, março de 2018. DOI.org (Crossref), doi:10.1590/0102-311x00101417.

COELHO, Alexandra Mariano. Arte e cidade: refletindo sobre o papel do espaço urbano na formação estético-cultural dos adolescentes. 2011. 62p. Trabalho de conclusão de curso - **Universidade Do Extremo Sul Catarinense** - UNESC, Criciúma, 2011

COSTA, Larissa. Centro de Referência da Juventude é uma conquista para a cidade de Belo Horizonte. **Brasil de Fato**, 15 de maio de 2019. Disponível em <<https://www.brasilefatomg.com.br/2019/05/15/centro-de-referencia-da-juventude-e-uma-conquista-para-a-cidade-de-belo-horizonte>>. Último acesso em 15 out. 2020.

COSTA, Mônica Rodrigues; MENEZES, Jaileila de Araújo. Os Territórios de ação política de jovens do movimento Hip-Hop. **Revista em Pauta**, (24), 199-216. 2009

D'ANDREA, Tiaraju. Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. **Novos Estudos - CEBRAP**, vol. 39, no 1, abril de 2020, p. 19–36. DOI.org (Crossref), <https://doi.org/10.25091/S01013300202000010005>.

DANTAS, João Gabriel Trajano; MICHELI, Denise de. “A favela onde moro: o território sob a perspectiva dos jovens”. **Ciência & Saúde Coletiva**, vol. 26, no 7, julho de 2021, p. 2769–82. DOI.org (Crossref), <https://doi.org/10.1590/1413-81232021267.07552021>.

DAYRELL, Juarez. A música entra em cena: o A música entra em cena: o Rap e o funk na socialização da juventude em Belo Horizonte. Tese de doutorado em Educação, Faculdade de Educação, **Universidade de São Paulo**. São Paulo, 2001

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 40-52, dezembro. 2003. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782003000300004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000300004&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 16 setembro. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782003000300004>.

DUARTE, Aldimar Jacinto. O Processo de Segregação Socioespacial dos Jovens Pobres nas Periferias de Goiânia. **Revista Fragmentos de Cultura - Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas**, vol. 26, no 1, maio de 2016, p. 115–25. [seer.pucgoias.edu.br](http://seer.pucgoias.edu.br), <https://doi.org/10.18224/frag.v26i1.4713>.

ESPLANADA | Estádio Mineirão. <http://estadiomineirao.com.br/o-mineirao/esplanada/>. Acessado 20 de nov. de 2021

FÁVERO, Douglas Gonsalves; MORAIS, Sérgio Paulo. História oral e a juventude trabalhadora na periferia: limites, pressões e expectativas. **História Oral**, vol. 23, no 2, dezembro de 2020. DOI.org (Crossref), <https://doi.org/10.51880/ho.v23i2.1062>.

FRANCH, Monica. Nada para fazer? Um estudo sobre atividades no tempo livre entre jovens de periferia no Recife. **Revista Brasileira De Estudos De População**, 19(2), 117–133, 2002.

GONÇALVES, Monica Villaça; NETO, Luiz Rafael Bezerra; MALFITANO, Ana Paula Serrata. O cotidiano revelado por imagens da cidade. **Interface Botucatu**, vol. 24, 2020.

GROPPO, Luis Antônio Teorias pós-críticas da juventude: juvenilização, tribalismo e socialização ativa. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, vol. 13, núm. 2, juliodiciembre, 2015, pp. 567-579. Centro de Estudios Avanzados en Niñez y Juventud. Manizales, Colombia.

GROPPO, Luís Antônio. Juventudes: Sociologia, cultura e movimentos. **Editora Clube de Autores**: Alfenas/MG, 2016.

GROPPO, Luís Antônio. Sentidos de juventude na sociologia e nas políticas públicas do Brasil contemporâneo. **R. Pol. Públ.**, São Luís, v. 20, n 1, p. 383-402, jan./jun. 2016.

GROPPO, Luís Antônio. Sentidos de juventude na sociologia e nas políticas públicas do Brasil contemporâneo. **R. Pol. Públ.**, São Luís, v. 20, n 1, p. 383-402, jan./jun. 2016.

GUERRA, E. L.A.G. Manual de Pesquisa Qualitativa. 1 ed. Belo Horizonte: **Grupo Ânima Educação**, 2014.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. **Porto Alegre: Artes Médicas**; Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEITE, Marcos Esdras; MELO, Mônica Aparecida Soares Silva de. Juventudes e espaço urbano: uma análise geográfica na cidade de Montes Claros/MG. **Caderno de Geografia**, vol. 27, núm. 48, enero-marzo, 2017, pp. 123-141. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, Brasil.

LOPES, Roseli Esquerdo; ADORNO, Rubens de Camargo; MALFITANO, Ana Paula Serrata; TAKEITI, Beatriz Akemi; SILVA, Carla Regina; BORBA, Patrícia Leme de Oliveira. Juventude pobre, violência e cidadania. **Saúde e Sociedade**, vol. 17, setembro de 2008, p. 63–76. SciELO, <https://doi.org/10.1590/S0104-12902008000300008>.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Os Circuitos Dos Jovens Urbanos. **Tempo Social**, vol. 17, no 2, novembro de 2005, p. 173–205. DOI.org (Crossref), <https://doi.org/10.1590/S0103-20702005000200008>.

MALONE, Karen. Street life: youth, culture and competing uses of public space. **Environment and Urbanization**, v.14, nº2. 2002.

MARLI, Mônica. Revista Retratos. No Brasil, cerca de 11 milhões de jovens não estudam e nem trabalham. **Agência IBGE Notícias**. 29 de outubro de 2019. Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25801-nem-nem>>. Último acesso em 16/09/2020.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, ago. 2004. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022004000200007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022004000200007&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 18 set. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022004000200007>.

MASSEY, Doreen, e KEYNES, Milton. Filosofia e política da espacialidade: Algumas considerações. **GEOgraphia**, 6(12), 2009. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2004.v6i12.a13477>.

MELUCCI, Alberto. A invenção do presente: Movimentos sociais nas sociedades complexas. **Petrópolis: Vozes**, 2001.

MENEZES, Jaileila de Araújo; COSTA, Mônica Rodrigues. Desafios para a pesquisa: o campo-tema movimento hip-hop. **Psicologia & Sociedade**, 22(3), 457-465. 2010.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana - SEDRU. DECRETO ESTADUAL 44.646. 2007. Disponível em: <<http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=7434#:~:text=%C2%A7%204%C2%BA%20Consideram%2Dse%20espa%C3%A7os,%C3%A1reas%20de%20lazer%20e%20similares.>>. Acesso em: 14 out. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**. São Paulo (SP), v. 5, n. 7, p. 01-12, abril. 2017. Disponível em <<https://editora.sepq.org.br/rpq/issue/view/7>>. Acessado em 18 de set. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, Mar. 2012. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-)

81232012000300007&lng=en&nrm=iso>. acessado em 29 ago. 2020.  
<https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007>.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto de; TRANCOSO, Alcimar Enéas Rocha. Processo de produção psicossocial de conceitos: infância, juventude e cultura. **Psicologia & Sociedade**, 26(n. Spe. 2), p. 18-27, Maceió/AL, 2014.

OLIVEIRA, Elda de; SOARES, Cassia Baldini; BATISTA, Leandro Leonardo. Representações cotidianas de jovens sobre a periferia. **Revista Brasileira de Enfermagem**, vol. 69, dezembro de 2016, p. 1147-53. SciELO, <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2016-0387>.

OLIVEIRA, Sérgio. Os Adolescentes e o espaço público - Um estudo na Amora (Seixal, Portugal). 2006. 156 p. Dissertação submetida no âmbito do Mestrado em Desenho Urbano por Sérgio Oliveira sob orientação do Dr. Antoni Remesar. Formació Continuada Les Heures. **Universitat de Barcelona**. 2006.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude - alguns contributos. **Análise Social**, vol. XXV (105-106), 1990 (1. °, 2. °), p. 139-165.

PAIS, José Machado. Cotidiano e reflexividade. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 98, p. 23-46, Jan./abr. 2007.

PAIS, José Machado. Lazer e sociabilidades juvenis - uma análise etnográfica. **Análise Social**, vol. XXV (108-109), 1990 (4. ° e 5. °) 591-644.

PAIS, José Machado. Paradigmas sociológicos na análise da vida quotidiana. **Análise Social**, vol. XXII (90), 1986-1. °, 7-57.

PAIS, José Machado; LACERDA, Miriam Pires Corrêa de; OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel. Juventudes contemporâneas, cotidiano e inquietações de pesquisadores em Educação - uma entrevista com José Machado Pais. **Educar em Revista**, no 64, junho de 2017, p. 301–13. DOI.org (Crossref), <https://doi.org/10.1590/0104-4060.50119>.

PATRÃO, Benedicto de Vasconcellos Luna Gonçalves. O Direito À Cidade Sob A Perspectiva da Criança e do Adolescente: O Poder Público e a Responsabilidade pela Efetividade do Direito à Convivência Comunitária. **VII Congresso Brasileiro de Direito de Família**, Belo Horizonte, 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. Índice de vulnerabilidade juvenil de Belo Horizonte. Dezembro de 2016.

RAMOS, Élvys Christian Madureira. Territorialidade Dos Jovens Da Periferia: Uma Etnogeografia De Diversão Noturna Em Cidades Médias. **GEOSABERES: Revista de Estudos Geoeeducacionais**, vol. 6, núm. 1, julho-diciembre, 2015, pp. 363-375. Universidade Federal do Ceará, Brasil. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552856409031>. Último acesso em 13 out. 2021.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval. Pesquisa participante: alteridade e comunidades interpretativas. **Psicologia USP**, vol. 17, junho de 2006, p. 11–41. SciELO, <https://doi.org/10.1590/S0103-65642006000200002>.

SOUZA, Maira Ribeiro de; PERUCCHI, Juliana. “A periferia invade o centro”: uma análise sobre a apropriação do espaço urbano por jovens pobres. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, vol. 13, no 3, agosto de 2018, p. 1–16.

SPOSITO, Marília Pontes. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. **Tempo Social**, vol. 5, dezembro de 1993, p. 161–78. SciELO, <https://doi.org/10.1590/ts.v5i1/2.84954>.

SPOSITO, Marília Pontes; ALMEIDA, Elmir de; CORROCHANO, Maria Carla. Jovens Em Movimento: Mapas Plurais, Conexões E Tendências Na Configuração Das Práticas. **Educação & Sociedade**, vol. 41, 2020, p. e228732. DOI.org (Crossref), <https://doi.org/10.1590/es.228732>.

STECANELA, Nilda. Jovens e cotidiano: trânsito pelas culturas juvenis e pela “escola da vida”. Tese (doutorado) - **Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre, RS, 2008.

TAKEITI, Beatriz Akemi, VICENTIN, Maria Cristina Gonçalves. Jovens (en)cena: arte, cultura e território. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, vol. 24, no 1, 2016, p. 25–37. DOI.org (Crossref), <https://doi.org/10.4322/0104-4931.ctoAO0667>.

TAKEITI, Beatriz Akemi; VICENTIN, Maria Cristina Gonçalves. Juventude(s) periférica(s) e subjetivações: narrativas de (re)existência juvenil em territórios culturais. **Fractal: Revista de Psicologia**, vol. 31, dezembro de 2019, p. 256–62. SciELO, [https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i\\_esp/29028](https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i_esp/29028).

TAVARES, Sandra Maria Greger; ALBERTINI, Paulo. Moradia e corporeidade em espaços liminares: um estudo sobre formas de subjetividade na favela. **Paidéia** (Ribeirão Preto), vol. 15, no 31, agosto de 2005, p. 299–308. DOI.org (Crossref), <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2005000200017>.

VIEIRA, Bruno. Ativismo juvenil e políticas públicas: o caso do Centro de Referência da Juventude de Belo Horizonte/MG. Dissertação (mestrado) - **Universidade Federal de Minas Gerais**, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Orientadora: Claudia Mayorga. 119 p.

## ANEXOS

### ANEXO A - Parecer de Aprovação de Pesquisa pela Prefeitura de Belo Horizonte



Subsecretaria de Assistência Social  
Diretoria de Gestão do SUAS-DGAS  
Gerência de Gestão do Trabalho e Educação Permanente -GGTEP

#### CARTA DE ANUÊNCIA

Declaramos, para os devidos fins, que a Subsecretaria de Assistência Social (SUASS) autoriza Nattyelle Laura Baêta Brandão Silva a desenvolver o projeto de pesquisa "A vivência dos jovens de periferia nos espaços urbanos de Belo Horizonte", vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Ocupação da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais.

Esta autorização está condicionada ao cumprimento, por parte da pesquisadora, dos requisitos da Resolução nº 510, do Conselho Nacional de Saúde, de 07 de Abril de 2016, que dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais e suas complementares, comprometendo-se utilizar os dados pessoais dos participantes da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades.

Antes de iniciar a pesquisa de campo e a coleta de dados prevista no projeto, a pesquisadora deverá apresentar à Gerência de Gestão do Trabalho e Educação Permanente da Diretoria de Gestão do SUAS o parecer consubstanciado, ou documento de natureza semelhante, devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP. A informação à SUASS quanto à aprovação do projeto junto ao Comitê de Ética é de responsabilidade da pesquisadora interessada.

Belo Horizonte, 12 de Fevereiro de 2021

Gerência de Gestão do Trabalho e Educação Permanente

Maria Aline Gomes Barboza – BM 105.896-5

## ANEXO B - Parecer de Aprovação de Pesquisa pelo COEP - UFMG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
MINAS GERAIS

## PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

## DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** A vivência de jovens de periferia nos espaços urbanos de Belo Horizonte

**Pesquisador:** LUCIANA ASSIS COSTA

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 42276921.8.0000.5149

**Instituição Proponente:** Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

## DADOS DA NOTIFICAÇÃO

**Tipo de Notificação:** Outros

**Detalhe:** Carta de Retificação

**Justificativa:** Solicito retificação do parecer emitido nº 4.770.205, que não condiz com a pesquisa

**Data do Envio:** 06/10/2021

**Situação da Notificação:** Parecer Consubstanciado Emitido

## DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 5.050.016

## Apresentação da Notificação:

Trata-se de uma retificação de parecer, dado que o parecer 4.770.205 emitido contém informações e descrições que não correspondem ao projeto sob avaliação. A notificação pede a avaliação das respostas das pendências listadas no parecer 4.632.069, na primeira avaliação do projeto para sua eventual aprovação

## Objetivo da Notificação:

A notificação pede a avaliação das respostas às pendências citadas no parecer 4.632.069, sendo:

1. Apresentação da carta de anuência assinada por representante do CRAS Santa Rosa.
2. Apresentação de TCUD para uso dos dados secundários dos jovens participantes (ver modelo em: <https://www.ufmg.br/bioetica/coep/tcud/>)
  - a) Caso os nomes e telefones dos potenciais participantes a serem contactados forem fornecidos pelo CRAS, incluir também estas informações no TCUD.

**Endereço:** Av. Presidente Antonio Carlos, 6627 e 2º. Andar e Sala 2005 e Campus Pampulha

**Bairro:** Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901

**UF:** MG **Município:** BELO HORIZONTE

**Telefone:** (31)3409-4592

**E-mail:** coep@prpq.ufmg.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
MINAS GERAIS



Continuação do Parecer: 5.050.016

3. Nos TCLEs (responsáveis, jovens maiores de 18 anos) e TALE:
- Menciona que caso queira esclarecimentos entrar em contato pelo telefone, mas faltou incluir o telefone de contato das pesquisadoras.
  - Incluir nos TCLEs e TALE que não será solicitado ao jovem ir a espaços que representem risco de contaminação durante a pandemia. (Conforme descrito no projeto);
  - Numerar as paginas dos termos;
  - Caso a previsão seja de que o consentimento e assinatura dos termos seja feita de forma presencial, prever espaço de rubrica da pesquisadora e do(a) participante - ou do(a) responsável legal - em todas as paginas, exceto a de assinatura.
4. Esclarecer como será apresentado o TCLE a responsáveis e jovens, se a pesquisa for feita por telefone e ambientes virtuais. Nestes casos se o consentimento for feito oralmente é importante prever como entregar uma cópia do arquivo digital (ex: envio do TCLE por email ou whatsapp). Para esta parte da pesquisa, seguir orientações da CONEP definidos para este tipo de pesquisa: <https://www.ufmg.br/bioetica/coep/wpcontent/uploads/2021/02/ambiente-virtual.pdf>

Após consulta à carta de resposta e documentos apresentados, todas as pendências foram atendidas de forma satisfatória.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

•Riscos:

Os riscos desta pesquisa envolvem cansaço ou constrangimento por parte dos entrevistados durante o período de coleta de dados. Para prevenir que isso aconteça, os detalhes dos procedimentos de sigilo das informações que forem compartilhadas com a pesquisadora serão previamente explicados e discutidos com os jovens, assim como será também elucidado que não haverá prejuízo em relação ao acompanhamento do CRAS, à Universidade ou à pesquisadora caso venham a se sentir constrangidos ou cansados durante a realização das entrevistas. Ademais, as entrevistas serão ministradas em ambiente amigável para os jovens, e todo o cuidado será tomado durante o processo de comunicação com os mesmos para que não se sintam desrespeitados ou coagidos. O compromisso ético desta pesquisa será seguido em todas as fases, desde a coleta de dados, que acontecerá seguindo os protocolos formais de autorização tanto da instituição CRAS Santa Rosa como do Comitê de ética e Pesquisa da UFMG, e também dos jovens e seus responsáveis legais, quando for o caso. Os jovens poderão recusar a participar ou retirar seu consentimento a qualquer momento sem penalização, constrangimento ou quaisquer prejuízos a eles. Será garantido sigilo absoluto e

**Endereço:** Av. Presidente Antonio Carlos, 6627 2º. Andar 2 Sala 2005 2 Campus Pampulha  
**Bairro:** Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901  
**UF:** MG **Município:** BELO HORIZONTE  
**Telefone:** (31)3409-4592 **E-mail:** coep@prpq.ufmg.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
MINAS GERAIS



Continuação do Parecer: 5.050.016

anonimato dos jovens em qualquer parte da pesquisa.

•Benefícios:

Os resultados poderão contribuir com informações que subsidiem a formulação e implementação de políticas públicas voltadas para o jovem de periferia e sua relação com o espaço urbano, além de contribuir para a discussão do tema que envolve jovens e planejamento urbano.

**Comentários e Considerações sobre a Notificação:**

As pendências listadas no parecer original do projeto foram atendidas. Esta notificação serve como parecer de aprovação do projeto "A vivência de jovens de periferia nos espaços urbanos de Belo Horizonte" da pesquisadora Profa. Dra. LUCIANA ASSIS COSTA

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Foi solicitado nas pendências: carta de anuência, TCUD e modificações nos TCLEs e TALE. Foi apresentado a carta de anuência. Devida a descrição do contato aos participantes, apresentação de TCUD não se faz necessário. As modificações nos TCLEs e TALE foram feitas e novas versões apresentadas.

**Recomendações:**

Recomendo aprovação da notificação.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

N/A

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Tendo em vista a legislação vigente (Resolução CNS 466/12), o CEP-UFMG recomenda aos Pesquisadores: comunicar toda e qualquer alteração do projeto e do termo de consentimento via emenda na Plataforma Brasil, informar imediatamente qualquer evento adverso ocorrido durante o desenvolvimento da pesquisa (via documental encaminhada em papel), apresentar na forma de notificação relatórios parciais do andamento do mesmo a cada 06 (seis) meses e ao término da pesquisa encaminhar a este Comitê um sumário dos resultados do projeto (relatório final).

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Outros	CartaDeRetificacao.pdf	06/10/2021 20:54:59	LUCIANA ASSIS COSTA	Postado

**Endereço:** Av. Presidente Antonio Carlos, 6627 à 2ª. Andar à Sala 2005 à Campus Pampulha

**Bairro:** Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901

**UF:** MG **Município:** BELO HORIZONTE

**Telefone:** (31)3409-4592

**E-mail:** coep@prpq.ufmg.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
MINAS GERAIS



Continuação do Parecer: 5.050.016

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

BELO HORIZONTE, 20 de Outubro de 2021

---

**Assinado por:**  
**Corinne Davis Rodrigues**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** Av. Presidente Antonio Carlos, 6627 à 2ª. Andar à Sala 2005 à Campus Pampulha  
**Bairro:** Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901  
**UF:** MG **Município:** BELO HORIZONTE  
**Telefone:** (31)3409-4592 **E-mail:** coep@prpq.ufmg.br

## APÊNDICE

### APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (responsáveis de jovens menores de 18 anos)

Prezada mãe, pai ou responsável,

Convido (a)o jovem sob sua responsabilidade a participar da Pesquisa intitulada “A vivência dos jovens de periferia nos espaços urbanos de Belo Horizonte”. Temos o objetivo de compreender de que forma a/o jovem vivencia seu cotidiano nos espaços da cidade, além da própria casa e da escola. A pesquisa é coordenada pela Professora Luciana Assis Costa e será desenvolvida pela aluna Nattyelle Laura Baêta Brandão Silva, vinculada ao programa de mestrado da Pós-Graduação em Estudos da Ocupação da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Neste estudo, o contato que teremos com o jovem será através de videochamadas, ligações de voz, conversas por mensagens de texto ou entrevista presencial – da forma que nos convier e que você estiver de acordo. O primeiro contato é para explicar a pesquisa, explicar a metodologia da coleta de dados e dialogar de forma a entender como os jovens vivenciam espaços urbanos. Estima-se que essa conversa, caso seja feita por videochamadas ou ligação, dure de 20 a 40 minutos. Além disso, será solicitado que a/o jovem tire fotos dos locais, que não sejam a própria casa e a escola, que são presentes em seus cotidianos. O contato será mantido pela aluna do Programa de Mestrado em Estudos da Ocupação da UFMG, em horário acordado previamente com os envolvidos. Após os registros fotográficos, outro contato será feito, também virtual, a fim de discutir os resultados obtidos, buscando entender qual a relação do espaço fotografado com o cotidiano do(a) jovem. Estima-se que, caso este contato seja feito por videochamadas ou chamadas de voz, a ligação dure cerca de 40 a 60 minutos.

Toda pesquisa envolve riscos, e os que envolvem esta pesquisa são cansaço ou constrangimento durante a realização das conversas. Para evitar que isso aconteça, todos os detalhes dos procedimentos para sigilo das informações obtidas serão previamente explicados e discutidos com você e com os jovens. Caso haja exaustão ou constrangimento durante a coleta de dados, poderemos interromper as chamadas, e será respeitada a sua vontade e do(a) jovem. Você e o(a) jovem poderão desistir da pesquisa a qualquer momento. Caso haja interrompimento durante as conversas ou desistência em participar da pesquisa, nem você, nem o(a) jovem terão prejuízos na relação com a mestranda, com a UFMG ou com o CRAS, e não haverá nenhuma interferência na assistência oferecida ou no acesso aos programas que participa. Não

será exigido do jovem ir a qualquer espaço urbano em momento algum, visto o momento que vivemos devido a pandemia do COVID-19.

Os resultados desta pesquisa poderão contribuir com informações que subsidiem a formulação e implementação de políticas públicas direcionadas para o público jovem da sua região. Não haverá nenhuma compensação financeira ou cobrança pela participação na pesquisa. As entrevistas serão gravadas, mas o áudio não será compartilhado com ninguém, além da pesquisadora e sua orientadora. Se você estiver de acordo, e o(a) jovem quiser, o nome dele(a) pode aparecer na pesquisa, ao lado de trechos da entrevista, ou se preferirem, atribuiremos um código a(o) jovem para mantê-lo(a) anônimo(a). As anotações e gravações obtidas serão mantidas em completo sigilo, armazenadas por 5 anos, na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG, no gabinete 3131. Se as informações originadas do estudo forem publicadas em revista ou evento científico, os jovens não serão identificados, sendo sempre representados por códigos ou nomes fictícios. Para realizar essa pesquisa nós precisamos que você dê consentimento, permitindo a participação da(o) jovem no estudo. Ressaltamos que a participação da(o) jovem nessa pesquisa é completamente voluntária, E ela(e) pode desistir da participação a qualquer momento. Você está recebendo este termo por ter autorizado a(o) jovem de participar da pesquisa, seu consentimento será/foi registrado pela gravação de áudio da entrevista.

Caso você precise de mais esclarecimentos, entre em contato conosco (telefones indicados abaixo). Se tiver dúvidas sobre questões éticas, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – COEP/UFMG, no endereço indicado abaixo.

Agradecemos a sua colaboração.

- Profa. Dra. Luciana Assis Costa, Departamento de Terapia Ocupacional UFMG, fone: (31) 3409-4790, email: [lucianaassis.ufmg@gmail.com](mailto:lucianaassis.ufmg@gmail.com).

- Nattyelle Laura Baêta B. Silva, Mestranda em Estudos da Ocupação, Arquiteta Urbanista. Contato: (31) 99390- 2912, email: [nlbbsilva@gmail.com](mailto:nlbbsilva@gmail.com)

Em caso de dúvidas relacionadas a questões éticas: COEP – Comitê de Ética em Pesquisa/UFMG Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Unidade Administrativa II 2o. Andar – Sala 2005 –Cep 31270-901 Belo Horizonte – MG Telefone: (31) 3409-4592. Email:[coep@prpq.ufmg.br](mailto:coep@prpq.ufmg.br)

## APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (jovens maiores de 18 anos)

Prezado(a) jovem,

Você está sendo convidado a participar da Pesquisa intitulada “A vivência dos jovens de periferia nos espaços urbanos de Belo Horizonte”. Temos o objetivo de compreender de que forma você vivencia seu cotidiano nos espaços da cidade, além da própria casa e da escola. A pesquisa é coordenada pela Professora Luciana Assis Costa e será desenvolvida pela aluna Nattyelle Laura Baêta Brandão Silva, vinculada ao programa de mestrado da Pós-Graduação em Estudos da Ocupação da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Neste estudo, o contato que teremos será através de videochamadas, ligações de voz, conversas por mensagens de texto ou entrevista presencial – da forma que nos convier e que você estiver de acordo. Estima-se dois contatos: o primeiro é para explicar a pesquisa, explicar a metodologia da coleta de dados e dialogar de forma a entender como você vivencia os espaços urbanos. Estima-se que essa conversa dure cerca de 20 a 40 minutos. Além disso, será solicitado que você tire fotos dos locais, que não sejam a própria casa e a escola, que são presentes em seus cotidianos. O contato será mantido pela aluna do Programa de Mestrado em Estudos da Ocupação da UFMG, em horário acordado previamente com os envolvidos. Após os registros fotográficos, outro contato será feito, exclusivamente de forma virtual, a fim de discutir os resultados obtidos, buscando entender qual a relação do espaço fotografado com o cotidiano do(a) jovem. Estima-se que, caso este contato seja feito por videochamadas ou chamadas de voz, a ligação dure cerca de 40 a 60 minutos.

Toda pesquisa envolve riscos, e os que envolvem esta pesquisa são cansaço ou constrangimento durante a realização das conversas. Para evitar que isso aconteça, todos os detalhes dos procedimentos para sigilo das informações obtidas serão previamente explicados e discutidos com você e seus responsáveis. Caso haja exaustão ou constrangimento durante a coleta de dados, poderemos interromper a entrevista, e será respeitada a sua vontade. Você poderá desistir da pesquisa a qualquer momento. Caso haja interrupção durante as conversas ou desistência em participar da pesquisa, você não terá prejuízos na relação com a mestranda, com a UFMG ou com o CRAS, e não haverá nenhuma interferência na assistência oferecida ou no acesso aos programas que participa. Não será exigido que você vá a qualquer espaço urbano em momento algum, visto o momento que vivemos devido a pandemia do COVID-19.

Os resultados desta pesquisa poderão contribuir com informações que subsidiem a formulação e implementação de políticas públicas direcionadas para o público jovem da sua região. Não haverá nenhuma compensação financeira ou cobrança pela participação na pesquisa. As entrevistas serão gravadas, mas o áudio não será compartilhado com ninguém, além da pesquisadora e sua orientadora. Se você quiser, seu nome pode aparecer na pesquisa, ao lado de trechos da nossa entrevista, ou se preferir, atribuiremos um código a você para mantê-lo(a) anônimo(a). As anotações e gravações obtidas serão mantidas em completo sigilo, armazenadas por 5 anos, na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG, no gabinete 3131. Se as informações originadas do estudo forem publicadas em revista ou evento científico, os jovens não serão identificados, sendo sempre representados por códigos ou nomes fictícios. Para realizar essa pesquisa nós precisamos que você dê consentimento para participar deste estudo. Ressaltamos que a participação nessa pesquisa é completamente voluntária, E você pode desistir da participação a qualquer momento. Você está recebendo este termo por ter consentido de participar da pesquisa, seu consentimento será/foi registrado pela gravação de áudio da entrevista.

Caso você precise de mais esclarecimentos, entre em contato conosco (telefones indicados abaixo). Se tiver dúvidas sobre questões éticas, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – COEP/UFMG, no endereço indicado abaixo.

Agradecemos a sua colaboração.

- Profa. Dra. Luciana Assis Costa, Departamento de Terapia Ocupacional UFMG, fone: (31) 3409-4790, email: lucianaassis.ufmg@gmail.com.

- Nattyelle Laura Baêta B. Silva, Mestranda em Estudos da Ocupação, Arquiteta Urbanista. Contato: (31) 99390- 2912, email: nlbbsilva@gmail.com

Em caso de dúvidas relacionadas a questões éticas: COEP – Comitê de Ética em Pesquisa/UFMG Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Unidade Administrativa II 2o. Andar – Sala 2005 –Cep 31270-901 Belo Horizonte – MG Telefone: (31) 3409-4592. Email:coep@prpq.ufmg.br

## APÊNDICE C -Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

Prezado(a) jovem,

Você está sendo convidado a participar da Pesquisa intitulada “A vivência dos jovens de periferia nos espaços urbanos de Belo Horizonte”. Temos o objetivo de compreender de que forma você vivencia seu cotidiano nos espaços da cidade, além da própria casa e da escola. A pesquisa é coordenada pela Professora Luciana Assis Costa e será desenvolvida pela aluna Nattyelle Laura Baêta Brandão Silva, vinculada ao programa de mestrado da Pós-Graduação em Estudos da Ocupação da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Neste estudo, o contato que teremos será através de videochamadas, ligações de voz, conversas por mensagens de texto ou entrevista presencial – da forma que nos convier e que você estiver de acordo. Estima-se dois contatos: o primeiro é para explicar a pesquisa, explicar a metodologia da coleta de dados e dialogar de forma a entender como você vivencia os espaços urbanos. Estima-se que essa conversa dure cerca de 20 a 40 minutos. Além disso, será solicitado que você tire fotos dos locais, que não sejam a própria casa e a escola, que são presentes em seus cotidianos. O contato será mantido pela aluna do Programa de Mestrado em Estudos da Ocupação da UFMG, em horário acordado previamente com os envolvidos. Após os registros fotográficos, outro contato será feito, exclusivamente de forma virtual, a fim de discutir os resultados obtidos, buscando entender qual a relação do espaço fotografado com o cotidiano do(a) jovem. Estima-se que, caso este contato seja feito por videochamadas ou chamadas de voz, a ligação dure cerca de 40 a 60 minutos.

Toda pesquisa envolve riscos, e os que envolvem esta pesquisa são cansaço ou constrangimento durante a realização das conversas. Para evitar que isso aconteça, todos os detalhes dos procedimentos para sigilo das informações obtidas serão previamente explicados e discutidos com você e seus responsáveis. Caso haja exaustão ou constrangimento durante a coleta de dados, poderemos interromper a entrevista, e será respeitada a sua vontade. Você poderá desistir da pesquisa a qualquer momento. Caso haja interrupção durante as conversas ou desistência em participar da pesquisa, você não terá prejuízos na relação com a mestranda, com a UFMG ou com o CRAS, e não haverá nenhuma interferência na assistência oferecida ou no acesso aos programas que participa. Não será exigido que você vá a qualquer espaço urbano em momento algum, visto o momento que vivemos devido a pandemia do COVID-19.

Os resultados desta pesquisa poderão contribuir com informações que subsidiem a formulação e implementação de políticas públicas direcionadas para o público jovem

da sua região. Não haverá nenhuma compensação financeira ou cobrança pela participação na pesquisa. As entrevistas serão gravadas, mas o áudio não será compartilhado com ninguém, além da pesquisadora e sua orientadora. Se você quiser, seu nome pode aparecer na pesquisa, ao lado de trechos da nossa entrevista, ou se preferir, atribuiremos um código a você para mantê-lo(a) anônimo(a). As anotações e gravações obtidas serão mantidas em completo sigilo, armazenadas por 5 anos, na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG, no gabinete 3131. Se as informações originadas do estudo forem publicadas em revista ou evento científico, os jovens não serão identificados, sendo sempre representados por códigos ou nomes fictícios. Para realizar essa pesquisa nós precisamos que você dê assentimento para participar neste estudo. Ressaltamos que a sua participação nessa pesquisa é completamente voluntária, e você pode desistir da participação a qualquer momento. Você está recebendo este termo por ter assentido de participar da pesquisa, seu assentimento será/foi registrado pela gravação de áudio da entrevista, e seu responsável está de acordo.

Caso você precise de mais esclarecimentos, entre em contato conosco (telefones indicados abaixo). Se tiver dúvidas sobre questões éticas, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – COEP/UFMG, no endereço indicado abaixo.

Agradecemos a sua colaboração.

- Profa. Dra. Luciana Assis Costa, Departamento de Terapia Ocupacional UFMG, fone: (31) 3409-4790, email: lucianaassis.ufmg@gmail.com.

- Nattyelle Laura Baêta B. Silva, Mestranda em Estudos da Ocupação, Arquiteta Urbanista. Contato: (31) 99390- 2912, email: nlbbsilva@gmail.com

Em caso de dúvidas relacionadas a questões éticas: COEP – Comitê de Ética em Pesquisa/UFMG Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Unidade Administrativa II 2o. Andar – Sala 2005 –Cep 31270-901 Belo Horizonte – MG Telefone: (31) 3409-4592. Email:coep@prpq.ufmg.br

## APÊNDICE D - Roteiro de entrevista semiestruturada

- Nome
- Idade
- Endereço
  - Há quanto tempo reside neste endereço?
  - Caso tenha se mudado a pouco tempo, de onde veio e por que se mudou para aquele lugar
- Estuda?
  - Qual turno? Como vai para a escola? Quanto tempo gasta para chegar lá? Vai sozinho(a) ou na companhia de amigos?
- Trabalha? Com que e onde? Qual turno? Como vai para o trabalho? Quanto tempo gasta para chegar lá?
- O que faz (ou fazia, antes da pandemia) depois que saia da escola/trabalho?
- Quais lugares você frequenta(ava) durante o seu dia-a-dia? Nos finais de semana os lugares são outros? Por que?
- Tem algum lugar perto da sua casa que você gosta de ir quando não está na escola ou no trabalho?
  - Por que você gosta de ir lá?
  - Como você vai até lá?
  - Você vai lá com alguém?
  - Qual a frequência?
- Tem algum lugar longe da sua casa que você goste de ir?
  - Como chega até lá?
  - Por que gosta de ir lá?
  - Você vai com alguém?
  - Com que frequência?
- Tem algum lugar que você não goste de ir?
  - Por que?
- Algum lugar que você gostaria de ir, mas não vai? Por que?
- Você acha que existem lugares na cidade que excluem as pessoas de frequentá-los?
- Você já se sentiu mal (no sentido de não ser bem vindo) em algum lugar que esteve na cidade? Poderia comentar?
- Você acha que tem muitos lugares na cidade que você não conhece ou não frequenta? (comente)

- Você acha que a cidade oferece espaços para a população jovem? para todos os jovens? (discuta)
- Você sabe do Centro de referência da Juventude que tem no centro de BH?
- Quais os lugares que você frequenta para se divertir?
  - O que você faz lá?
  - Como chega até lá?
- A cidade poderia oferecer mais espaços para os jovens?
  - De que forma?
  - Quais tipos de espaços?
- A pandemia alterou a forma com que você circula na cidade, de frequentar os lugares?